

ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020

ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.

Demonstrações contábeis consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Balancos patrimoniais consolidados

Demonstrações do resultado consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa consolidadas

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Odebrecht Engenharia e Construção S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Odebrecht Engenharia e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 (a) às demonstrações contábeis consolidadas, e como é de conhecimento público, investigações e outros procedimentos legais foram iniciados em 2014 pelo Ministério Público Federal ("MPF") e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações tinham como alvo, entre outros, empresas, ex-executivos e um certo integrante da Companhia e suas controladas, incluindo a CNO. S.A..

Paralelamente, e em decorrência da Operação Lava Jato, a partir de 2015 foram ajuizadas ações de improbidade administrativa pelo MPF, Advocacia Geral da União ("AGU"), determinados Ministérios Públicos Estaduais e Petrobrás S.A. contra a Novonor, a Companhia, algumas de suas controladas e certo integrante e ex-executivos, requerendo o pagamento de indenização e multa, a proibição de contratação com o poder público, o recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras.

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao Grupo Novonor, firmou o Acordo de Leniência com o MPF, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, com exceção da Braskem S.A. ("Braskem"), conforme refletido em suas demonstrações financeiras. Este acordo é parte de um Acordo Global coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, comprometeu-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, reajustadas pela taxa SELIC simples. Em 08 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento e passando a Companhia a ser garantidora subsidiária de tais obrigações.

O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e a reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando, ainda, a preservação e a continuidade das atividades do Grupo Novonor, a retomada de contratação com entes públicos e o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas no Brasil e no exterior.

Em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF comprometeu-se a (i) não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Operação Lava Jato e (ii) não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos demais órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor, da Companhia e suas controladas.

Em 09 de julho de 2018, a Novonor e suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a AGU e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pelo qual se comprometeram a pagar, em 22 anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, a ser deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo de Leniência firmado com o MPF.

A controlada indireta da Companhia, CNO, já assinou 8 (oito) Acordos de Leniência com a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Além disso, foram homologados, pelo Tribunal do CADE, 8 (oito) Termos de Cessação de Conduta, que totalizaram R\$ 525 milhões em termos de contribuições pecuniárias da pessoa jurídica e das pessoas físicas. A CNO segue em negociação com o CADE para a celebração de outros Termos de Cessação de Conduta.

A CNO também mantém tratativas com Estados e Municípios para firmar acordos e/ou adesões ao Acordo de Leniência, pelos quais a Companhia, em contrapartida à não adoção de sanções contra si, se obrigará a colaborar com as autoridades e a reparar os entes lesados.

Em 29 de janeiro de 2019, foi anunciado um acordo entre a CNO e o Banco Mundial, onde foi acordada a inelegibilidade da CNO e de suas subsidiárias integrais de contratar por 03 (três) anos projetos financiados pelo Banco Mundial. Não houve aplicação de multa no referido acordo.

Em 04 de setembro de 2019, foi anunciado um acordo entre a Companhia, a CNO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), onde foi acordada a inelegibilidade da CNO e algumas de suas subsidiárias integrais, excetuadas as sucursais e subsidiárias na África, de contratar projetos financiados pelo BID até 01 de agosto de 2024. Também foi acordado o pagamento de uma contribuição pecuniária no valor de US\$ 50 milhões, iniciando-se a partir de 2024, conforme os termos e condições de pagamento do acordo. A Companhia e a CNO seguem em tratativas com outra instituição internacional.

Em suas operações no exterior, a Companhia e suas controladas seguem envidando seus maiores esforços para alcançar entendimentos junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência, buscando inclusive apoio das autoridades brasileiras na interlocução com as autoridades locais. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Novonor, já foram firmados acordos com Brasil, Estados Unidos, Suíça, Panamá, República Dominicana, Equador, Guatemala e Peru, além do BID e do Banco Mundial ("BIRD").

Nas demonstrações contábeis das controladas da Odebrecht Engenharia e Construção S.A. foram constituídas provisões para fazer frente aos acordos que estão em andamento, cujos valores foram apurados com base na melhor estimativa da Administração e dos consultores jurídicos envolvidos.

No entanto, em função das negociações e dos acordos que ainda estão em curso, não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências apropriadas e concluirmos quanto à suficiência das provisões contabilizadas, tampouco se seria necessária a constituição de provisões adicionais nas demonstrações contábeis consolidadas findas em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou passivo circulante consolidado superior ao ativo circulante consolidado, em R\$ 7.410.965, e patrimônio líquido consolidado negativo em R\$ 17.192.037. Para garantir a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da OEC, em 09 de dezembro de 2020, o Plano de Ação (“PA”), para os próximos três anos, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 1 (i). As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se as demonstrações contábeis tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Nossa opinião não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.6 às demonstrações contábeis consolidadas, a qual descreve que as demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas sob esta denominação, como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, incorporando os seguintes ajustes:

- Durante o ano de 2020, a Companhia passou a considerar alguns ativos e passivos monetários registrados no Brasil e expressos em moeda diferente do Real, advindos de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários passaram a ser reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão", e serão reclassificadas do Patrimônio líquido para o resultado no momento da alienação total ou parcial do investimento líquido.
- Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu em Outros Resultados Abrangentes o montante de R\$ 2.291.069 referente as variações cambiais de ativos e passivos considerados como parte do investimento líquido em operações no exterior. A fim de manter a comparabilidade das informações divulgadas, os saldos correspondentes a 31 de dezembro de 2019 foram reapresentados, resultando na reclassificação do montante de R\$ 295.494 de Prejuízos Acumulados para Outros Resultados Abrangentes.

Auditamos e concordamos com o ajuste efetuado.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos comparativos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, originalmente apresentados, foram auditados por nós, sobre os quais emitimos relatório de auditoria datado de 05 de maio de 2020, contendo ressalvas relacionadas a investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas e registro de obrigação de garantia decorrente dos Bonds da Odebrecht Finance Ltd. e parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de abril de 2021.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial consolidado Em milhares de reais

	Nota	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)		Nota	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (Reapresentado)
Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	876.679	482.425	Empréstimos e financiamentos	19	4.314.422	2.949.084
Instrumentos Financeiros	7		70.700	Arrendamento	23	31.194	21.223
Contas a receber de clientes	8	2.103.338	4.014.765	Fornecedores e subempreiteiros	20	4.724.593	4.087.264
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros		117.320	217.485	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	21	813.982	1.153.970
Tributos a recuperar	9	484.968	490.258	Adiantamentos recebidos de clientes	8	1.215.716	1.173.095
Estoques	10	435.663	457.493	Contas correntes com consorciadas		480.067	371.529
Contas correntes com consorciadas		431.303	379.226	Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras	22	573.114	396.486
Despesas antecipadas		54.256	35.052	Outros passivos	24	538.159	527.130
Outros ativos	11	776.755	945.062				
		<u>5.280.282</u>	<u>7.092.466</u>			<u>12.691.247</u>	<u>10.679.781</u>
Ativos não circulante mantidos para venda e operações em descontinuidade	14 (a)	342.039	452.480	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	19	111.623	80.234
Realizável a longo prazo				Arrendamento	23	89.674	130.773
Aplicações financeiras		94.617	73.387	Fornecedores e subempreiteiros	20	5.271	8.519
Sociedades do Grupo Nonovor	12	3.234.029	2.714.397	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	21	37.380	49.490
Contas a receber de clientes	8	1.816.187	1.984.540	Adiantamentos recebidos de clientes	8	7.359.871	6.498.549
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (a)	1.027.883	825.517	Sociedades do Grupo Nonovor	12	4.318.188	3.636.945
Tributos a recuperar	9	61.902	50.630	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (a)	946.910	314.768
Despesas antecipadas		25.894	18.652	Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras	22	4.456.278	3.952.303
Outros ativos	11	801.172	479.790	Provisão para passivo a descoberto	15 (b)	252.112	206.346
		<u>7.061.684</u>	<u>6.146.913</u>	Outros passivos	24	651.837	497.878
Investimentos						<u>18.229.144</u>	<u>15.375.805</u>
Sociedades coligadas	15 (b)	294.477	246.038	Passivo a descoberto			
Imobilizado	16	618.029	683.444	Capital social	25 (a)	9.771.631	9.771.631
Intangível	17	56.406	166.550	Ajuste de avaliação patrimonial	25 (b)	1.170.571	1.472.948
Direito de uso	18	75.437	126.526	Prejuízos acumulados		(28.003.207)	(22.291.706)
		<u>8.448.072</u>	<u>7.821.951</u>			<u>(17.061.005)</u>	<u>(11.047.127)</u>
Total do ativo		<u>13.728.354</u>	<u>14.914.417</u>	Participação dos não controladores		<u>(131.032)</u>	<u>(94.042)</u>
						<u>(17.192.037)</u>	<u>(11.141.169)</u>
				Total do passivo e do passivo a descoberto		<u>13.728.354</u>	<u>14.914.417</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Demonstração consolidada do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019 (Reapresentado)
Operações continuadas			
Receita Líquida de serviços e vendas	26	3.629.788	5.158.145
Custo dos serviços prestados	27	<u>(2.852.632)</u>	<u>(3.874.522)</u>
Lucro bruto		777.156	1.283.623
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas e com vendas	27	(2.612.833)	(1.895.739)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>(131.668)</u>	<u>64.849</u>
Prejuízo operacional		(1.967.345)	(547.267)
Resultado das participações societárias			
Equivalência patrimonial	15 (b)	19.361	(463.264)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	28	<u>(1.961.380)</u>	<u>(12.931.155)</u>
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda		(3.909.364)	(13.941.686)
Imposto de renda e contribuição social			
correntes	29	75.656	(518.313)
diferidos	29	<u>(154.874)</u>	<u>253.074</u>
Prejuízo das operações continuadas do exercício		<u>(3.988.582)</u>	<u>(14.206.925)</u>
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas do exercício	14 (b)	<u>(1.820.708)</u>	<u>(1.531.669)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(5.809.290)</u>	<u>(15.738.594)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		(5.711.501)	(15.466.768)
Participação dos não controladores		<u>(97.789)</u>	<u>(271.826)</u>
		<u>(5.809.290)</u>	<u>(15.738.594)</u>
Prejuízo básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do exercício (expresso em R\$ por ação)	25 (c)	<u>(0,436)</u>	<u>(1,339)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Demonstração consolidada dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2020	2019 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício		(5.809.290)	(15.738.594)
Outros resultados abrangentes:			
Itens que posteriormente transitarão pelo resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	25 (b)	(10.594)	(85.544)
Efeito reflexo de correção monetária de investidas no exterior	25 (b)	109.034	78.520
Variação cambial de investidas no exterior	25 (b)	1.890.252	669.132
Variação cambial com investimentos líquidos no exterior	25 (b)	<u>(2.291.069)</u>	<u>(295.494)</u>
Total do resultado abrangente do exercício		<u>(6.111.667)</u>	<u>(15.371.980)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		(6.013.878)	(15.100.154)
Participação dos não controladores		<u>(97.789)</u>	<u>(271.826)</u>
		<u>(6.111.667)</u>	<u>(15.371.980)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora			Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados			Total
Em 31 de dezembro de 2018		8.625.625	1.106.334	(6.824.938)	2.907.021	172.461	3.079.482
Total do resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo do exercício - R\$ (1,339) por ação do capital social	25 (c)			(15.466.768)	(15.466.768)	(271.826)	(15.738.594)
Outros resultados abrangentes (reapresentado)	25 (b)		366.614		366.614		366.614
Total do resultado abrangente do exercício			366.614	(15.466.768)	(15.100.154)	(271.826)	(15.371.980)
Transações de capital com os sócios:							
Aumento de capital	25 (a)	1.146.006			1.146.006		1.146.006
Outras movimentações de não controladores						5.323	5.323
Em 31 dezembro de 2019 (Reapresentado)		9.771.631	1.472.948	(22.291.706)	(11.047.127)	(94.042)	(11.141.169)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuível aos acionistas da controladora					Participação dos não controladores	Total do passivo a descoberto
	Nota	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Em 31 dezembro de 2019 (Reapresentado)		9.771.631	1.472.948	(22.291.706)	(11.047.127)	(94.042)	(11.141.169)
Total do resultado abrangente do exercício:							
Prejuízo do exercício - R\$ (0,436) por ação do capital social	25 (c)			(5.711.501)	(5.711.501)	(97.789)	(5.809.290)
Outros resultados abrangentes	25 (b)		(302.377)		(302.377)		(302.377)
Total do resultado abrangente do exercício			(302.377)	(5.711.501)	(6.013.878)	(97.789)	(6.111.667)
Transações de capital com os sócios:							
Outras movimentações de não controladores						60.799	60.799
Outros ajustes de investidas							
Em 31 de dezembro de 2020		9.771.631	1.170.571	(28.003.207)	(17.061.005)	(131.032)	(17.192.037)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Nota	2020	2019 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas		(5.730.072)	(15.473.355)
Ajustes:			
Equivalência patrimonial	15 (b)	(19.361)	463.264
Variação na receita dos contratos de construção		(400.612)	(1.391.093)
Depreciação de imobilizado e amortização de intangível	27	115.731	148.702
Amortização de direito de uso	27	24.821	17.007
Perda com ativo imobilizado e gastos com projetos baixados		299.915	119.465
Valor justo de derivativos ao resultado			(168)
Ajuste a valor presente	28	99.104	1.534.376
Impairment	15 (b)	47.129	10.794
Provisão e reversão para crédito de liquidação duvidosa, líquido	27 / 28	1.960.735	8.374.030
Provisão de garantias	28	600.002	2.403.559
Provisão para contingências	27	204.966	367.463
Prejuízo das operações descontinuadas		261.554	1.526.674
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos		1.136.426	583.083
Caixa aplicado nas operações		(1.399.662)	(1.316.199)
Variação nos ativos e passivos:			
Aplicações financeiras		(21.230)	
Contas a receber de clientes		1.581.880	679.709
Estoques		87.978	(99.183)
Tributos a recuperar		54.210	(174.065)
Despesas pagas antecipadamente e outros ativos		276.948	398.467
Fornecedores e subempreiteiros		(139.012)	(158.688)
Adiantamentos recebidos de clientes		(456.179)	(7.302)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais		(288.232)	(386.286)
Outros passivos		229.208	(489.590)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações continuadas		(74.091)	(1.553.137)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações descontinuadas		(3.457)	(11.859)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(77.548)	(1.564.996)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao investimento	15 (b)	(15.734)	(66.052)
Recebimentos das vendas de investimentos		3.249	92
Adições ao imobilizado e intangível		(123.399)	(159.677)
Dividendos recebidos	15 (b)	14.094	16.839
Caixa e equivalentes de caixa de controladas excluídas na consolidação, líquido			(3.335)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(121.790)	(212.133)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas			
Recursos liberados		(76.893)	(400.078)
Recursos recebidos		92.563	409.330
Dívida de curto e longo prazos, líquida			
Captações de empréstimos e financiamentos	19 (b)	3.476	258.454
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	19 (b)	(124.344)	(105.055)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	19 (b)	(1.200)	(1.765)
Captações de arrendamento mercantil			72.773
Pagamentos de arrendamento mercantil		(6.669)	(3.954)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		(113.067)	229.705
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa		706.659	225.473
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas		397.711	(1.310.092)
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas		(3.457)	(11.859)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		482.425	1.804.376
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		876.679	482.425

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Odebrecht Engenharia e Construção S.A. (“OEC” ou a “Companhia”), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Novonor (“Grupo Novonor”), anteriormente denominado Grupo Odebrecht, com sede em São Paulo, cuja controladora é a Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”). A Companhia é controladora direta da Odebrecht Holdco Finance Limited (“ODB Holdco”) e indireta das empresas OEC S.A. (“OECSA”), CNO S.A. (“CNO”), OECSA S.A. (“OECSA”), OENGER S.A. (“OENGER”), Tenenge Engenharia Ltda. (“Tenenge”) e OEC Finance Limited.

A Companhia tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

Por meio de sucursais e subsidiárias de suas controladas, a Companhia possui atuação indireta em diversos países, sendo os principais: Brasil, Angola, República Dominicana, Panamá e Peru.

No segmento de construção civil pesada, as principais controladas indiretas da Companhia são CNO, OECSA, CBPO Engenharia Ltda. (“CBPO”) e Tenenge, as quais desenvolvem projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, assim como outros projetos industriais e de infraestrutura.

As principais obras atualmente em execução por meio das controladas e coligadas no Brasil são: Projeto Submarino, Usina Termelétrica Santa Cruz, BRT Belém, Unidades de Saúde BH, Projeto Eurofarma, BRT Transbrasil, UHE Ilha dos Pombos, Rodovia dos Minérios, Canal Adutor do Sertão Alagoano, além de contratos de prestação de serviços em plantas industriais.

No exterior, os principais projetos em atividade são: Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca (Angola), Manutenção das IIRSAS Norte e Sul (Peru), Metro Linha 2 / Ramal Aeroporto (Panamá), Rodovia do Corredor Leste (Gana), Aeroporto e Porto de Miami (Estados Unidos da América).

(a) Investigações e procedimentos legais

Como é de conhecimento público, investigações e outros procedimentos legais foram iniciados em 2014 pelo Ministério Público Federal (“MPF”) e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações tinham como alvo, entre outros, empresas, ex-executivos e um certo integrante da Companhia e suas controladas, incluindo a CNO.

Paralelamente, e em decorrência da Operação Lava Jato, a partir de 2015 foram ajuizadas ações de improbidade administrativa pelo MPF, Advocacia Geral da União (“AGU”), determinados Ministérios Públicos Estaduais e Petrobrás S.A. contra a Novonor, a Companhia, algumas de suas controladas e certo integrante e ex-executivos, requerendo o pagamento de indenização e multa, a proibição de contratação com o poder público, o recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras.

Em 22 de março de 2016, o Grupo Novonor divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações da Operação Lava Jato.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acordo Global com as Autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao Grupo Novonor, firmou o Acordo de Leniência com o MPF, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, com exceção da Braskem S.A. (“Braskem”), conforme refletido em suas demonstrações financeiras. Este acordo é parte de um Acordo Global coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no qual a Novonor, ou outra empresa de seu grupo econômico, comprometeu-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, reajustadas pela taxa SELIC simples. Em 08 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento e passando a Companhia a ser garantidora subsidiária de tais obrigações.

O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e a reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando, ainda, a preservação e a continuidade das atividades do Grupo Novonor, a retomada de contratação com entes públicos e o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas no Brasil e no exterior.

A Braskem também firmou um Acordo Global, à parte, com as autoridades brasileiras e americanas.

Em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF comprometeu-se a (i) não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Operação Lava Jato e (ii) não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos demais órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da Novonor, da Companhia e suas controladas.

Em 09 de julho de 2018, a Novonor e suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a AGU e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pelo qual se comprometeram a pagar, em 22 anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, a ser deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo de Leniência firmado com o MPF.

A controlada indireta da Companhia, CNO, já assinou 8 (Oito) Acordos de Leniência com a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Além disso, foram homologados, pelo Tribunal do CADE, 8 (oito) Termos de Cessação de Conduta, que totalizaram R\$ 525 milhões em termos de contribuições pecuniárias da pessoa jurídica e das pessoas físicas. A CNO segue em negociação com o CADE para a celebração de outros Termos de Cessação de Conduta.

A CNO também mantém tratativas com Estados e Municípios para firmar acordos e/ou adesões ao Acordo de Leniência, pelos quais a Companhia, em contrapartida à não adoção de sanções contra si, se obrigará a colaborar com as autoridades e a reparar os entes lesados.

Em 29 de janeiro de 2019, foi anunciado um acordo entre a CNO e o Banco Mundial, onde foi acordada a inelegibilidade da CNO e de suas subsidiárias integrais de contratar por 03 (três) anos projetos financiados pelo Banco Mundial. Não houve aplicação de multa no referido acordo.

Em 04 de setembro de 2019, foi anunciado um acordo entre a Companhia, a CNO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”), onde foi acordada a inelegibilidade da CNO e algumas de suas subsidiárias integrais, excetuadas as sucursais e subsidiárias na África, de contratar projetos financiados pelo BID até 01 de agosto de 2024. Também foi acordado o pagamento de uma contribuição pecuniária no valor de US\$ 50 milhões, iniciando-se a partir de 2024, conforme os termos e condições de pagamento do acordo. A Companhia e a CNO seguem em tratativas com outra instituição internacional.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em suas operações no exterior, a Companhia e suas controladas seguem envidando seus maiores esforços para alcançar entendimentos junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência, buscando inclusive apoio das autoridades brasileiras na interlocução com as autoridades locais. Até o presente momento, no âmbito do Grupo Novonor, já foram firmados acordos com Brasil, Estados Unidos, Suíça, Panamá, República Dominicana, Equador, Guatemala e Peru, além do BID e do Banco Mundial (“BIRD”).

Monitoramento Independente

Em 2020 foi concluído o processo de monitoramento iniciado em 2017 e conduzido por dois escritórios de monitores independentes definidos pelas autoridades americanas e brasileiras.

Os compromissos assumidos perante as autoridades signatárias dos Acordos de Leniência e Termos de Compromisso tiveram como objetivo aprimorar o ambiente de controles da Companhia de maneira eficiente e sustentável. Dentre o escopo do monitoramento, pode-se ressaltar a avaliação do Programa de Integridade, visando a manutenção de um ambiente de controles adequado, com ênfase especial no cumprimento das leis anticorrupção aplicáveis, questões de conduta e a implementação de controles internos eficazes nos processos de contratação e pagamentos a terceiros, reembolsos e registros contábeis com suporte documental de qualidade.

O relatório do terceiro ano do monitoramento foi entregue pelos monitores às autoridades americanas e brasileiras em junho de 2020. Em outubro de 2020, os monitores entregaram às autoridades o relatório final de certificação. Em 16 de novembro de 2020, o monitoramento independente em relação ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos foi oficialmente encerrado.

Ações da Administração

A Companhia e suas controladas possuem compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas da Companhia, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas com o objetivo de proporcionar segurança empresarial ainda maior à Companhia. Novos indicadores e metas de conformidade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos da Companhia.

Programa de Integridade

Desde 2014, a Companhia iniciou o processo de implantação do Programa de Integridade de forma padronizada em todos os países onde possui operações, com o objetivo de endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial. Entre os elementos do Programa implementados ao longo de 2014 pela Companhia e suas controladas, estão: (i) implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e operação dos Canais Linha de Ética, disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) criação do Comitê de Ética para acompanhar os processos investigativos internos, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após a implantação do Programa de Integridade, a Companhia manteve contínuos esforços de melhoria, que resultaram na implementação de medidas para o aperfeiçoamento da sua Governança e compliance, tais como: (i) participação (mínima) de 20% de conselheiros independentes na composição do Conselho de Administração; (ii) criação do Comitê de Integridade e Auditoria (CIA), como comitê permanente do Conselho de Administração; e (iii) contratação do Responsável por Integridade e Gestão de Riscos (Chief Compliance Officer-CCO) e do Responsável por Auditoria Interna, ambos reportando diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, via o CIA. Em maio de 2020, o Conselho de Administração aprovou a atualização da Política de Integridade e do Código de Conduta que estão disponíveis no site da Companhia na Internet.

Atualmente, a Companhia conta com 03 membros independentes em seu Conselho de Administração, o que representa 38% do total dos membros do seu Conselho de Administração. Dois conselheiros independentes são membros do CIA, sendo um deles o Coordenador do Comitê.

A partir de 2016, a contratação de um CCO impulsionou e acelerou a implantação de melhorias relevantes no Programa de Integridade, destacando-se: (i) processos e diretrizes de Governança e Estrutura, de Due Diligence de Terceiros; de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades, de Interação com Agentes Públicos, de Patrocínios, Doações e Investimento Sociais, de Gestão Antissuborno, de Integridade Concorrencial e Linha de Ética; (ii) elaboração de planos anuais de treinamento; (iii) melhoria no processo de comunicação do Programa, com a criação de intranet dedicada e emissão de novas diretrizes de Integridade; e (iv) reformulação da operação do canal de denúncias (Linha de Ética), utilizando empresa independente especializada no recebimento das denúncias, como também apoio de escritórios de advocacia externos na investigação de casos considerados de alto risco.

O Programa de Integridade é sustentado por atividades que apoiam a gestão de riscos, prevenção, detecção, correção de falhas e transparência. Foram estabelecidas plataformas digitais que, aplicadas globalmente, favorecem a gestão e verificação de efetividade dos processos e controles. Como exemplo, o procedimento de due diligence de fornecedores, clientes, parceiros e funcionários é obrigatório em toda relação comercial ou laboral pretendida pela Companhia. Até dezembro de 2020, foram realizadas 10.134 análises com base nas informações do portal VCoM (Vendor Compliance Management System). Com relação à comunicação e capacitação, as atividades seguem planos anuais, aprovados pelo Conselho de Administração da OEC. A participação dos integrantes nos treinamentos requeridos é monitorada pela plataforma de e-learning da Companhia, atingindo, em dezembro, um índice de conclusão de 94% dos integrantes definidos como grupo meta no Plano Anual de Treinamento para 2020, e 100% da alta liderança da Companhia. Já o Canal Linha de Ética, principal ferramenta para o registro de denúncias de condutas que violem o Compromisso de Atuação Ética, Integra e Transparente, recebeu, em 2020, 190 relatos, que foram investigados de maneira independente pela área de Integridade, gerando 22 ações de remediação, entre as quais 8 ações de melhorias de processos e 5 demissões.

Com relação à performance e maturidade do Programa de Integridade, a área de Core Compliance, estruturada no 2º semestre de 2018, monitora de modo permanente o cumprimento e a efetividade dos processos chave do Programa, a partir de testes padronizados e regulares de data mining. A respectiva área oferece uma visão consolidada do cumprimento das políticas e diretrizes de integridade da Companhia, gerando métricas que aferem de modo objetivo os desempenhos alcançados. Como exemplos, até dezembro de 2020, foram abertas 893 ações para teste e verificação de processos, 637 contratos com terceiros revisados em relação a requisitos de integridade e 391 processos de contratação ou promoção de integrantes revisados para verificação de atendimento aos requisitos de avaliação de conflitos de interesse. A área de Core Compliance é também responsável pelo monitoramento global do cumprimento dos acordos firmados pela Companhia, cujo avanço é reportado para acompanhamento do Comitê de Integridade e Auditoria e do Conselho de Administração.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Desde junho de 2019, as ações para aperfeiçoamento dos processos e sistemas da Companhia ganharam reforço com a atuação da área de Controles Internos, buscando promover, de modo transversal, maior integração, consistência, eficiência e sustentabilidade ao ambiente de controles. Várias diretrizes foram atualizadas como resultado da avaliação e monitoramento dos controles implementados, em um processo de melhoria contínua.

Como processo de amadurecimento da Governança da Companhia, foi aprovado, pelo seu Conselho de Administração, a partir de junho de 2019, o reporte direto da função de Auditoria Interna ao Conselho de Administração, funcionando como “terceira linha de defesa”. Dentre as matérias deliberadas pelo Conselho de Administração, constam a aprovação: (i) do Programa de Ação Anual da Área de Integridade e Gestão de Riscos, (ii) do Plano Anual de Auditoria Interna, (iii) do Plano Anual de Treinamento, (iv) da individualização da remuneração anual dos Administradores e (v) da avaliação do desempenho, perfil e competências do próprio Conselho de Administração e do Líder de Negócio.

Os Planos Anuais de Integridade e Gestão de Riscos e de Auditoria Interna, aprovados para 2020, foram baseados em análise de riscos em relação às geografias em que a Companhia atua, dos projetos em andamento e dos processos internos, levando em consideração, entre outros aspectos, as auditorias e os resultados de monitoramentos ao longo de 2019 e novas pesquisas de percepção de risco respondidas pelos líderes da Companhia. Nova avaliação de riscos, realizada em outubro de 2020, para orientar o ciclo de planejamento de 2021, indicou estabilidade ou redução nos principais riscos residuais mapeados, justificando o foco na sustentabilidade de ambos os programas.

(b) Bonds OFL

Em outubro de 2018, a Odebrecht Finance Ltd (“OFL”), empresa controlada da Novonor, não efetuou a quitação de parcela de juros referente ao Bond 2025. Do mesmo modo, também não foram pagas as parcelas de principal referentes ao Bond 2020 e os juros referentes aos Bonds 2020, 2022, 2023, 2025, 2029, 2042 e Perpétuo (“Bonds OFL”), cujos vencimentos ocorreram entre dezembro de 2018 e setembro de 2020. O montante não liquidado até 31 de dezembro de 2020 era de US\$ 564.952 mil - R\$ 2.935.884 mil (31 de dezembro de 2019 – US\$ 255.691 mil). Adicionalmente, houve o vencimento antecipado dos Bonds 2023 e Perpétuo referentes ao principal, conforme termos contratuais dos Bonds, em razão do pedido de recuperação judicial apresentado pela OFL. O montante total não liquidado de principal e juros, considerando os Bonds cujo vencimento antecipado foi declarado, em 31 de dezembro de 2020, é de US\$ 1.416.513 mil – R\$ 7.361.192 mil (31 de dezembro de 2019 – US\$ 1.211.188 mil). A Companhia, a OECL e a CNO, na qualidade de garantidoras dos Bonds OFL, visando preservar sua liquidez operacional, também não efetuaram o pagamento dos valores atrelados aos Bonds OFL em aberto.

Em 17 de junho de 2019, a OFL, a Novonor e outras empresas do Grupo Novonor, não contemplando a Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara da Justiça de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (“RJ da Novonor”).

A fim de discutir e negociar a reestruturação das garantias prestadas aos detentores dos Bonds OFL, a Companhia contratou o Moelis & Company (“Moelis”), o Cleary Gottlieb Steen & Hamilton e o E. Munhoz Advogados. Em 30 de agosto de 2019, a Companhia divulgou ao mercado o acordo obtido com o Grupo Ad Hoc de detentores de Bonds OFL com relação aos principais termos e condições da reestruturação do passivo atrelado aos Bonds OFL (“Term Sheet”), assinado na mesma data.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2019, tendo em vista o vencimento antecipado de Bonds OFL em função do pedido de recuperação judicial da OFL, a Companhia registrou em seu balanço controladora, como passivo circulante, em contrapartida do resultado financeiro, o valor de US\$ 627.201 mil – R\$ 2.528.058 mil, como provisão da garantia, cujo valor refletia o valor justo dos Bonds OFL, conforme termos descritos no Term Sheet.

Em 15 de junho de 2020, a Companhia lançou ao mercado o Consent Solicitation, com base nos termos e condições definidos no Term Sheet, solicitando apoio para a reestruturação dos Bonds OFL. Em 31 de julho de 2020, foi obtido apoio de credores representando mais de 73% dos credores detentores de Bonds OFL, cumprindo, assim, o requisito necessário para que a Companhia, a CNO e a OECI ajuizassem pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”) para implementação da reestruturação dos Bonds OFL (“RE da OEC”). Em 19 de agosto de 2020, a Companhia, a CNO e a OECI protocolaram, perante a 1ª Vara da Justiça de Falências e Recuperações Judiciais do Fórum Central Cível do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, o Plano de RE, o qual foi homologado no dia 26 de outubro de 2020.

O plano de recuperação judicial da OFL foi aprovado em assembleia geral de credores em 4 de setembro de 2020 e homologado em 11 de novembro de 2020 (“Plano OFL”).

Em linhas gerais, o Plano de RE e o Plano OFL preveem o cancelamento das obrigações da Companhia, da CNO e da OECI com relação aos Bonds OFL e o pagamento dos credores detentores de Bonds OFL com o recebimento, de forma pro rata, de: (i) novas séries de notas quirografárias, em cada caso, em valor principal agregado igual a 45% da soma do principal e juros não pagos acumulados, de acordo com a série correspondente de Bonds OFL, a serem emitidas pela OEC Finance Limited, controlada da OECSA, (“Novas Notas”); e (ii) um instrumento de dívida participativa, que fará jus às futuras distribuições de resultados relacionadas à performance da OEC S.A., a ser emitido pela Odebrecht Holdco Finance Limited, controlada da Companhia, em valor principal agregado igual a 55% da soma do principal e juros não pagos acumulados dos Bonds OFL (“Instrumento Holdco”), com vencimento em setembro de 2058.

Em 24 de novembro de 2020, a OFL, a Companhia, a CNO e a OECI iniciaram os procedimentos de Chapter 15, Título 11, do Código de Falências dos Estados Unidos (“Chapter 15”) perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque requerendo (i) o reconhecimento da RE da OEC e a RJ da Novonor, em relação à OFL, como processos principais estrangeiros, nos termos do Chapter 15; (ii) reconhecendo, fazendo cumprir e dando pleno vigor e efeito ao Plano de RE e ao Plano OFL no âmbito da jurisdição territorial dos Estados Unidos; e (iii) autorizando as partes a tomar todas as medidas necessárias para dar efeito aos termos do Plano de RE e ao Plano OFL. Em 30 de dezembro de 2020, foi proferida decisão nesses termos pelo Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque, permitindo o cancelamento dos Bonds OFL e o pagamento dos credores detentores de Bonds OFL com o recebimento de Novas Notas e do Instrumento Holdco, o que ocorreu em 20 de janeiro de 2021.

Diante das atualizações expostas acima, uma mudança de cenário foi avaliada com a emissão das Novas Notas e do Instrumento Holdco que resultou na revisão da taxa de desconto, usada para estimar o valor do passivo dos Bonds, que passou de 17,8% em 31 de dezembro de 2019 para 14,8% e, conseqüentemente, a provisão da garantia foi aumentada no montante de US\$ 100.129mil – R\$520.340, conforme mencionado na nota 28 item (ii).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo da provisão da garantia foi atualizado, com base no valor presente da nova dívida assumida e está registrado no passivo circulante. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo da referida provisão era de US\$ 749.285 mil – R\$ 3.893.809. Com a emissão das novas notas, conforme mencionado na nota 32, a dívida será reclassificada para o passivo não circulante de acordo com o cronograma de pagamento.

Em decorrência da homologação do Plano OFL e do plano de RE em 30 de dezembro de 2020, perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque, a Companhia, a CNO e OECI tiveram as suas obrigações canceladas perante aos Bondholders. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reverteu do seu balanço controladora a referida provisão e constituiu nos mesmos montantes a provisão da garantia, nas controladas direta e indireta, ODB Holdco e OEC Finance Limited, respectivamente, emissoras do Instrumento de dívida participativa e das Novas Notas.

(c) Partes Relacionadas - Grupo Novonor - Empresas em Recuperação Judicial

Conforme mencionado anteriormente, em 17 de junho de 2019, a Novonor e outras 19 empresas de seu grupo econômico, que não contempla a Companhia e suas controladas, formalizaram na Justiça de São Paulo seu pedido de recuperação judicial.

Em 22 de abril de 2020, a Novonor e 11 empresas de seu grupo econômico tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores. Em 03 de agosto de 2020, a aprovação dos planos foi homologada pelo juiz responsável pelo processo de recuperação judicial.

Em 08 de setembro de 2020, a OFL teve seu plano de recuperação judicial aprovado, tendo homologação em 11 de novembro de 2020.

Em 15 de outubro de 2020, a OPP e OP tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados.

Em 10 de dezembro de 2020 a Mectron teve seu plano de recuperação judicial aprovado.

Em 22 de fevereiro de 2021 a OEB também teve seu plano de recuperação judicial aprovado.

Até o momento há 3 empresas remanescentes do Grupo Novonor, que ainda não obtiveram seus planos de recuperação judicial aprovados, essas empresas permanecem buscando as devidas aprovações junto às respectivas Assembleias Gerais de Credores.

Entretanto, em função da probabilidade cada vez mais remota do recebimento dos créditos das empresas relacionadas do Grupo Novonor, a administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, avaliou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor recuperável (impairment) sobre tais créditos, no valor de R\$ 8.167.720. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve alteração em relação ao critério da provisão mencionado anteriormente.

(d) Operações Descontinuadas – Venezuela

Em 11 de setembro de 2019, em função da situação econômica crítica e da instabilidade do ambiente político na Venezuela, diversas empresas do setor de engenharia e construção, dentre elas a Companhia, foram notificadas a respeito da rescisão unilateral da maioria dos contratos que mantinham com entidades do Estado venezuelano. O procedimento adotado pelo Estado venezuelano desconsiderou diversas questões jurídicas relevantes, que permitem a Companhia buscar a defesa dos seus interesses perante as instituições responsáveis.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Recebíveis BIOCUM – Ajuste a Valor Presente

A Biocom – Companhia de Bioenergia de Angola Ltd. (“Biocom”), constituída em 25 de outubro de 2007, tem como objeto social a produção, industrialização, importação, exportação e comercialização de cana de açúcar para produção de açúcar, álcool e energia elétrica em Angola. Os atuais acionistas da Biocom são: a controlada da Companhia OAL (40%), Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE) (40%) e SONANGOL HOLDINGS, LIMITADA (20%) (“Acionistas”).

O saldo dos créditos detidos por empresas controladas indiretamente pela Companhia (OOL, OSE, CNO e OAL) junto à Biocom, representava em 31 de dezembro de 2020, o montante de US\$ 404 milhões – R\$ 2,1 bilhão (“Créditos Biocom”).

Em 06 de dezembro de 2019, as Acionistas da Biocom, juntamente com os bancos locais (Banco Angolano de Investimentos – BAI, Banco de Fomento Angola – BFA e Banco Econômico – BE), enviamos esforços para formular os termos da renegociação dos empréstimos contraídos pela Biocom, conforme refletidos na Ficha Técnica Indicativa (“FTI”), confirmada e assinada. Em termos gerais, a FTI indica que haverá, entre outros: i) a conversão da moeda dos empréstimos de dólares para Kwanzas; ii) a postergação do prazo de pagamento do principal para 42 trimestres (126 meses – 10,5 anos); iii) a renegociação das taxas de juros e cronograma de pagamento; e iv) novas obrigações acessórias. Ademais, a FTI determina a subordinação de todas as dívidas existentes da Biocom com seus Acionistas e empresas controladas, direta ou indiretamente, pelos Acionistas ao reembolso das dívidas renegociadas com os bancos locais. Até a emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas, não havia sido concluído o respectivo aditivo que confirma as alterações referentes a tais empréstimos.

Assumindo que as condições do FTI venha a ser aprovadas, e levando-se em consideração o novo prazo mínimo para recebimento (de 10,5 anos) e a avaliação da Companhia, os Créditos Biocom foram ajustados a valor presente (“AVP”), representando, em 31 de dezembro de 2020, o montante de US\$ 34,61 milhões – R\$ 179.858 (US\$ 29,5 milhões – R\$ 118,1 milhões em 2019).

As movimentações de AVP sobre os créditos Biocom estão apresentadas na nota de partes relacionadas, conforme nota 12.

(g) Efeitos econômico-financeiros da COVID-19 nas Demonstrações Financeiras

Desde o início de 2020, o cenário global vem sofrendo com a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), que se alastrou rapidamente por diversos países, causando efeitos sociais e econômicos significativos. As ações dos governos e autoridades médicas para controle da pandemia incluem medidas de higiene e isolamento social, resultando em fechamento de escolas, comércios e espaços públicos, bem como, incentivo do home-office, objetivando reduzir aglomerações públicas e evitando o colapso do sistema de saúde.

A Companhia adotou diversas medidas para garantir a segurança dos seus integrantes, tais como: i) estabelecimento do Plano de Prevenção à Covid-19 e criação de Comitê de Crise, com o objetivo de implantar e acompanhar medidas de proteção aos integrantes diretos e indiretos da Companhia; ii) adoção, a partir de 14 de março de 2020, da prática de home office para toda a equipe de apoio administrativo; iii) mapeamento e execução de diversas ações de saúde, trabalhistas, de mercado, administração contratual, sociais e financeiras; iv) definição e implantação de procedimentos para monitoramento e cuidados dos casos detectados entre integrantes e terceiros/subempregados; v) plano continuado de comunicação com seus integrantes e subcontratados objetivando orientação e a correta adoção das medidas de prevenção.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Até 31 de dezembro de 2020, as operações da Companhia, em alguns países, tiveram interrupções temporárias em projetos/obras, os quais a Companhia vem acompanhando e administrando com pleno atendimento às medidas regulamentadoras e de prevenção. Até o momento, não foram identificados impactos financeiros significativos relacionados direta ou indiretamente à COVID-19. A Administração segue avaliando possíveis impactos da COVID-19 em seus demonstrativos financeiros, tais como:

- quaisquer mudanças nos julgamentos contábeis que tiveram ou provavelmente terão um impacto relevante nestas demonstrações financeiras;
- como a COVID-19 poderia afetar a realização dos ativos no balanço patrimonial e a capacidade de registrar provisão para perda por redução ao valor recuperável (impairment) sobre esses ativos;
- antecipação de quaisquer perdas relevantes, aumentos nas provisões para perdas com créditos ou outras despesas incorridas nas operações;
- se a Companhia ou suas controladas incorrerá em contingências relevantes relacionadas a COVID-19; e
- como a COVID-19 poderia afetar o valor justo dos ativos e passivos financeiros e a sua adequada mensuração.

Adicionalmente, a Administração da Companhia vem analisando cuidadosamente, o impacto da COVID-19 e medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, incluindo a capacidade de continuar operando seus negócios normalmente. A Companhia tem feito esforços para preservar seu fluxo de caixa no curto e médio prazo, sendo as principais ações destacadas abaixo:

- medidas trabalhistas e fiscais de acordo com as previsões legais, instituídas pelos governos de cada país em decorrência da pandemia;
- renegociação com os principais credores, objetivando a manutenção da produção das obras em curso, sem afetar o caixa do curto prazo;
- análise detalhada das cláusulas contratuais com clientes e fornecedores, para identificar os riscos e direitos envolvidos, diante do atual cenário;
- análise contratual para reequilíbrio orçamentário das obras paralisadas ou que estão em escala reduzida de produção.

Todas as ações acima objetivam a manutenção dos empregos e a preservação do caixa da Companhia para honrar com seus compromissos assumidos, além de garantir sua sobrevivência e sustentabilidade.

(h) Reestruturação Societária

Conforme descrito na nota 1 (b), a Companhia finalizou as negociações com o Grupo ad Hoc formado pelos detentores dos "Bonds OFL" tendo lançado em 15 de junho de 2020 no mercado o Consent Solicitation, com base nos termos e condições do Term Sheet.

Uma das medidas previstas no Consent Solicitation é a reestruturação societária das controladas da Companhia, em linha com a: (i) emissão de Novos Bônus, representando 45% do valor dos Bonds atuais; e (ii) um instrumento de dívida participativa, que fará jus às futuras distribuições de resultados relacionadas à performance da Companhia.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital na OECSA pela Companhia, mediante transferência integral das participações societárias nas controladas diretas detidas pela Companhia (CNO, OECI, Tenenge, OENGER, OEC Finance Limited), exceto na ODB Holdco.

Adicionalmente, na mesma data e após o evento anterior, foi aprovado o aumento de capital da ODB Holdco pela Companhia, mediante transferência integral da participação societária na OEC S.A detida pela Companhia.

(i) Continuidade (Going Concern)

A Companhia e suas controladas têm como segmento operacional a construção civil pesada em projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termoeletricas e nucleares, instalações portuárias, barragens entre outros projetos industriais e infraestrutura para clientes públicos e privados, tendo como principal fonte de recursos a geração de caixa destes projetos.

Lava Jato: Conforme descrito na Nota 1 (a) desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo MPF e outras autoridades públicas no contexto da chamada Operação Lava Jato.

Diante das investigações em andamento e mesmo com os acordos realizados, a Companhia e suas controladas tiveram severos efeitos reputacionais que impactaram significativamente suas finanças (já deterioradas por outros efeitos como a queda do preço do petróleo e a recessão econômica de alguns países/clientes de atuação da Companhia e de suas controladas). Tal cenário restringiu o acesso a crédito da Companhia e suas controladas junto a bancos comerciais, seguradoras e mercado de capitais, afetando diretamente a capacidade de renovação da carteira de novos contratos e, conseqüentemente, de sua geração de caixa.

Bonds OFL:

Conforme descrito na Nota 1 (b) Bonds OFL, em junho de 2019, a OFL, a Novonor e outras empresas de seu grupo econômico, que não incluem a Companhia e suas controladas, formalizaram na Justiça de São Paulo pedido de Recuperação Judicial. A OFL declarou no referido pedido os montantes devidos referente aos Bonds OFL, o que acarretou a aceleração e seus respectivos vencimentos antecipados, e tornando a totalidade da garantia da OEC, CNO e OECI exigível nesta data. Conseqüentemente em 30 de junho de 2019, a Companhia registrou em seu passivo circulante, em contrapartida do resultado financeiro, o valor de US\$ 627.201 mil – R\$ 2.528.058 mil, como provisão da garantia, cujo valor refletia o valor justo dos Bonds OFL, conforme termos descritos no Term Sheet assinado em 30 de agosto de 2020 com o AdHoc Group.

Após a aprovação do plano em 4 de setembro de 2020 pelos credores da OFL o mesmo foi homologado pelo Tribunal de RJ em 11 de novembro de 2020 ("Plano OFL").

Em 24 de novembro de 2020, a OFL, a Companhia, a CNO e a OECI iniciaram os procedimentos de Chapter 15, Título 11, do Código de Falências dos Estados Unidos ("Chapter 15") perante o Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque requerendo (i) o reconhecimento da RE da OEC e a RJ da ODB, em relação à OFL, como processos principais estrangeiros, nos termos do Chapter 15; (ii) reconhecendo, fazendo cumprir e dando pleno vigor e efeito ao Plano de RE e ao Plano OFL no âmbito da jurisdição territorial dos Estados Unidos; e (iii) autorizando as partes a tomar todas as medidas necessárias para dar efeito aos termos do Plano de EJ e ao Plano OFL. Em 30 de dezembro de 2020, foi proferida decisão nesses termos pelo Tribunal de Falências dos Estados Unidos para o Distrito Sul de Nova Iorque, permitindo o cancelamento dos Bonds OFL e o pagamento dos credores detentores de Bonds OFL com o recebimento de Novas Notas e do Instrumento Holdco, o que ocorreu em 20 de janeiro de 2021.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em consequência da aprovação, a provisão da garantia será reconhecida como dívida e classificada como passivo circulante e não circulante de acordo com o novo fluxo de pagamento acordado na negociação dos Bonds.

Em 31 de dezembro de 2020, as controladas da Companhia, possui registrado em seu passivo circulante o valor de US\$ 749.285 mil – R\$ 3.893.809.

Partes Relacionadas – Grupo Novonor – empresas em Recuperação Judicial: Conforme descrito na Nota 1 (c), em 22 de abril de 2020, a Novonor e 11 empresas de seu grupo econômico tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores e homologados pelo juiz responsável pelo processo de recuperação judicial em 27 de julho de 2020. Em 11 de novembro de 2020, a OFL também teve seu plano de recuperação judicial homologado. As 3 empresas remanescentes, que ainda não obtiveram seus planos de recuperação judicial aprovados, estão buscando as devidas aprovações junto às respectivas Assembleias Gerais de Credores. Entretanto, em função da probabilidade cada vez mais remota do recebimento dos créditos das empresas relacionadas do Grupo Novonor, a administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, avaliou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor recuperável (impairment) sobre tais créditos, no valor de R\$ 8.167.720. A Companhia efetuou nova avaliação da referida provisão em 31 de dezembro de 2020, mas não houve a necessidade de alteração.

Venezuela: Conforme descrito na Nota 1 (d), em 11 de setembro de 2019, as controladas da Companhia na Venezuela foram notificadas a respeito da rescisão unilateral da quase totalidade dos contratos que mantinham com entidades do Estado Venezuelano. Sendo assim, a Companhia avaliou os impactos contábeis e reconheceu as devidas perdas esperadas no resultado do exercício de 2019, como operações descontinuadas no montante de R\$ 1.581.672.

Ações da Administração: Diante desses eventos, de modo a mitigar os impactos no caixa da Companhia e suas controladas, a administração implementou diversas ações, a saber: i) reestruturação geográfica, com foco de atuação nos países com potencial de contratação de obras para a Companhia e suas controladas, ii) fortalecimento da Governança, com a formação do Conselho de Administração, Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (com a participação de conselheiros independentes), iii) criação da área de Auditoria Interna e Controles Internos, iv) Programa de Integridade, objetivando endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente na tarefa empresarial, v) reestruturação administrativa, adequando o tamanho das equipes de apoio ao novo porte da Companhia, vi) venda de ativos e créditos passados para garantir a liquidez da Companhia, vii) reestruturação das dívidas de curto prazo e fornecedores; viii) renegociação dos termos e condições das garantias prestadas aos Bonds OFL e ix) manutenção da produção para os contratos em carteira.

Dessa forma, e diante dos compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas perante os acordos de colaboração e indenizações, que demandaram investimentos para implementação do Sistema de Conformidade e fortalecimento da Governança corporativa, aliados aos reduzidos volumes de renovação da carteira de contratos, que provocaram uma degradação na geração e nos saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, somados às provisões para (i) a garantia dos Bonds OFL, cuja reestruturação foi concluída em janeiro de 2021; (ii) os créditos à receber intercompanhias do Grupo Novonor em Recuperação Judicial, (iii) a operação descontinuada na Venezuela e (iv) ajuste a valor presente dos créditos detidos por empresas controladas pela OEC junto à Biocom, entre outros, resultaram em um Passivo Circulante consolidado superior ao Ativo Circulante consolidado no valor de R\$ 7.410.965 (R\$ 3.587.315 em 2019) e um Patrimônio Líquido consolidado negativo no valor de R\$ 17.192.037 (R\$ 11.141.169 em 2019).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

COVID-19: Conforme descrito na Nota 1 (g) “Efeitos econômico-financeiros da COVID-19 nas Demonstrações Financeiras”, desde o início de 2020, o cenário global vem sofrendo com o surto de um novo vírus denominado COVID-19, ao qual se alastrou por diversos países, causando efeitos sociais e econômicos significativos. As ações dos governos incluíram, além das diversas restrições sociais, dentre elas o fechamento de escolas, comércios, bem como, incentivo do home-office, objetivando reduzir aglomerações públicas, os incentivos de pacotes de estímulos econômicos para retomada da economia decorrente dos efeitos do lockdown. Apesar de tais ações, houve queda do PIB mundial, especificamente nas geográficas focos da Companhia. O principal impacto da COVID-19 para a Companhia está atrelado a postergação da reposição do backlog decorrente das postergações de licitações e investimentos nas economias afetadas pela pandemia, ainda que, em 2020 a Companhia tenha conquistado US\$ 381 milhões em novos contratos.

Programa de Ação 2021 – 2023: Para buscar a sobrevivência e a retomada do crescimento da Companhia e suas controladas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da OEC, em 09 de dezembro de 2020, o Programa de Ação (“PA”), para os próximos 03 (três) anos, contemplando as seguintes ações e direcionamentos estratégicos, que também estavam contemplados no PA Anterior, entre outros:

- Hídez financeira: i) conclusão da negociação de reestruturação da Garantia dos Bonds OFL pela Companhia, conforme termos acordados no Term Sheet mencionado na Nota 1 (b), visando adequar a estrutura de capital da Companhia e ajustando os fluxos de pagamentos à sua capacidade de geração de caixa; ii) renegociação do contas a pagar e dívidas de capital de giro; e iii) vendas de investimentos e monetização de recebíveis e créditos fiscais.
- Resolução e mitigação dos contenciosos e passivos: i) negociação de acordos via o parcelamento de pagamentos e ii) negociação de acordos de leniência nos países de atuação da OEC para pagamentos conforme a capacidade financeira local de cada país.
- Reestruturação organizacional e redução de custos: i) reestruturação das equipes administrativas, com estruturas compartilhadas, garantindo sinergias, agilidade e menores custos e ii) implementação de novas políticas de remuneração, visando redução de gastos administrativos.
- Reposição de backlog: i) foco geográfico, seletivo e estratégico em 5 países (Brasil, Peru, Panamá, República Dominicana e Angola), ii) conquistas de novos projetos no montante de US\$ 7,1 bilhões (PA Anterior - US\$ 6,6 bilhões), com maior intensificação junto a clientes privados, iii) busca de parcerias estratégicas com provedores de tecnologia e capital, participando conjuntamente no desenvolvimento de projetos, iv) busca de fontes alternativas de recursos financeiros e v) implementação de soluções contratuais que viabilizem a otimização no uso da capacidade de garantia de performance disponibilizada pelo mercado.
- Créditos, seguros e garantias: i) Buscar reestabelecer o relacionamento bancário objetivando a viabilização da contratação de linha de crédito para suportar os financiamentos de novos contratos; ii) buscar a viabilização da capacidade de contratação de seguro garantia para suportar as conquistas de novos backlogs; iii) criar relacionamento com agências multilaterais de fomento à exportação através de nossas subsidiárias estabelecidas nas geografias focos para inclusão de conteúdos locais; e iv) buscar reestabelecer a área de relacionamento com investidores para suportar a reaproximação com o mercado de capital e conseqüente valorização da Companhia.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia considera que a retomada de crescimento é essencial para que possa continuar suas operações. No entanto, caso a combinação dos eventos supra descritos não ocorram, a administração entende que haveria significativas dificuldades na retomada de seu crescimento. As atuais demonstrações financeiras não contemplam eventuais ajustes que resultariam no caso da Companhia e suas controladas estarem impossibilitadas de continuar operando normalmente.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão convergidos com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Companhias consolidadas

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade (incluindo as entidades estruturadas) quando está exposta ou tem direito sobre retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e é interrompida a partir da data em que deixa de ter o controle.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Companhias consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas abrangem as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sede (País)	Participação direta no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Odebrecht Holdco Finance Limited	Ilhas Cayman	100,00	100,00
		Participação indireta no capital social (%)	
	Sede (País)	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
CNO	Brasil	97,06	97,01
OECl	Brasil	100,00	100,00
OENGER	Brasil	100,00	100,00
Tenenge Engenharia Ltda	(b) Brasil	100,00	100,00
OEC S.A.	Brasil	100,00	100,00
OEC Finance Limited	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Belgrávia Serviços e Participações S.A. ("Belgrávia")	Brasil	100,00	100,00
Constructora Odebrecht Chile S.A.	Chile	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht - Sucursal Angola	Angola	100,00	100,00
CNO S.A. - Argentina	Argentina	100,00	100,00
CNO S.A. - Bolívia	Bolívia	100,00	100,00
CNO. S.A. Sucursal Colombia ("CNO Colômbia")	(a) Colômbia	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Costa Rica	Costa Rica	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Emirados Árabes	Emirados Árabes	100,00	100,00
CNO S.A. - Equador	Equador	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Gana	Gana	100,00	100,00
CNO S.A. - Guatemala	Guatemala	100,00	100,00
CNO S.A. - México	México	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Moçambique	Moçambique	100,00	100,00
CNO S.A. - Panamá	Panamá	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Paraguai	Paraguai	100,00	100,00
CNO S.A. - Peru ("CNO Suc. Peru")	Peru	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - República Dominicana	República Dominicana	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Uruguai	Uruguai	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Venezuela	Venezuela	100,00	100,00
Libyan Brazilian Construction and Development Company	Líbia	60,00	60,00
Odebrecht de Argentina S.A.	Argentina	100,00	100,00
Odebrecht Industrial, Inc.	EUA	100,00	100,00
Bento Pedroso Construções, S.A.	Portugal	99,98	99,98
CBPO	Brasil	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Argentina	(f) Argentina		100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Chile	Chile	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Colômbia	Colômbia	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Uruguai	Uruguai	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Venezuela	Venezuela	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Panamá	Panamá	100,00	100,00
CBPO Ingeniería de Venezuela C.A.	Venezuela	100,00	100,00
CBPO Overseas Limited.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Centaurus Investments Limited	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Companhia de Obras e Infra Estrutura	Brasil	100,00	100,00
COI Cuba	Cuba	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht del Ecuador S.A.	Equador	100,00	100,00
Constructora Odebrecht Uruguay S.A.	Uruguai	100,00	100,00
COI Overseas, Ltd.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sede (País)	Participação indireta no capital social (%)	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Construtora Norberto Odebrecht de Panamá S.A.	Panamá	100,00	100,00
Multitrade S.A.	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht Services GMBH	(f) Austria	100,00	100,00
CBPO Overseas Sucursal República Dominicana	República Dominicana	100,00	100,00
Odebrecht Industrial Engineering America	EUA	100,00	100,00
Odebrecht Angola Projectos e Serviços Ltda.	Angola	100,00	100,00
Odebrecht Angola - Construção e Projectos de Energia, Limitada	Angola	100,00	100,00
Odebrecht Solution Inc.	Bahamas	100,00	100,00
Odebrecht Construction Malta Ltd.	Malta	100,00	100,00
Odebrecht Construction, Inc.	EUA	100,00	100,00
Odebrecht Engeneering & Construction Ltd.	Malta	100,00	100,00
Odebrecht Solution Malta	Malta	100,00	100,00
Odebrecht Ingeniería y Construcción de España, S.L.	Espanha	100,00	100,00
Odebrecht Ingeniería y Construcción Internacional de México, S de RL de CV.	México	100,00	100,00
Odebrecht Investimentos em Concessões Ferroviárias, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00	100,00
Odb, Investimentos em Concessões Rodoviárias, Unipessoal, Lda.	Portugal	100,00	100,00
Tenenge Limited	(d) Inglaterra	100,00	100,00
Odebrecht Overseas Limited ("OOL")	Bahamas	100,00	100,00
Odebrecht Peru Ingeniería y Construcción S.A.C. ("OPIC")	Peru	100,00	100,00
Odebrecht Industrial Engeneering B.V.	(f) Holanda	100,00	100,00
OEC Serviços de Exportação S.A.	Brasil	100,00	100,00
OSEL - Odebrecht Serviços no Exterior Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Tenenge (UK) Ltd.	Inglaterra	100,00	100,00
Tenenge Overseas Corporation	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Concesionaria Madden Colon	Panamá	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht de Guatemala S.A.	Guatemala	100,00	100,00
Odebrecht Global Sourcing South Africa	África do Sul	100,00	100,00
HG Market Group Corp	Barbados	100,00	100,00
OEC Peru Infraestructura S.A.C.	Peru	100,00	100,00
OIS - Odebrecht International Services, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
OECP S.A.	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht Servicios Integrales de México, S de RL de CV.	México	100,00	100,00
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. - Bolívia	Bolívia	100,00	100,00
OECI Ghana Limited	Gana	100,00	100,00
CBPO Colombia SAS	Colômbia	100,00	100,00
OEC Services S.à r.l	(e) Luxemburgo	100,00	100,00
OECI S.A. - Sucursal Colombia	Colômbia	100,00	100,00
OECI S.A. - Republica Dominicana	República Dominicana	100,00	100,00
OECI S.A. - Argentina	(f) Argentina	100,00	100,00
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. - Moçambique	Moçambique	100,00	100,00
CBPO Ingeniería y Construcción de México S.A. de C.V.	México	100,00	100,00
OEC Guyana Inc.	Guiana	100,00	100,00
CSC OEC - Panamá, S.A.	Panamá	100,00	100,00
OECI Angola	(c) Angola	100,00	100,00
OECI Republica Dominicana	(c) República Dominicana	100,00	100,00
CBPO Ecuador	(c) Equador	100,00	100,00

(a) Em 19 de fevereiro de 2020, ocorreu a alteração da denominação da Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Colômbia para CNO. S.A. Sucursal Colombia.

(b) Em 06 de julho de 2020, ocorreu a alteração da denominação da Tenenge Montagem e Manutenção Ltda. para Tenenge Engenharia Ltda.

(c) Empresas constituídas em 2020.

(d) Em 29 de julho de 2020, ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Services Limited para Tenenge Limited

(e) Em 28 de setembro de 2020, ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Services S.à r.l. para OEC Services S.à r.l

(f) Empresas encerradas em 2020.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Participações não controladoras

Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e o valor contábil da parcela adquirida dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle sobre a investida, qualquer participação retida é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado do exercício. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro.

Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos à entidade objeto de perda de controle, são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(iv) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Empreendimentos controlados em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras da Companhia.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas de fazer pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(v) Restruturação societária envolvendo entidades sob controle comum

Para as situações de reestruturações societárias em que o controlador final antes e depois da transação permanece o mesmo, a Administração elegeu o custo precedente como a prática contábil, por entender que representa melhor a transação ocorrida e fornece uma informação de maior relevância.

A política contábil do custo precedente prevê que ao contabilizar uma participação societária entre entidades sob controle comum a entidade que recebe as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência na data da transferência.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas na consolidação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a respectiva investida atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da OEC, e estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

(b) Transações e saldos

Exceto para Venezuela e Argentina, que operam em ambiente hiperinflacionário, as operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados. As operações de Venezuela e Argentina são atualizadas monetariamente e convertidas pelas taxas de câmbio do final do exercício.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do exercício, na rubrica de "Resultado financeiro".

As taxas de câmbio utilizadas para as conversões das transações e saldos em outras moedas, das principais sucursais e subsidiárias da Companhia, foram as taxas oficiais, conforme abaixo:

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

País	Moeda	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Angola	Dólar Norte-americano	5,1967	4,0307
Argentina	Peso Argentino	0,0619	0,0673
Colômbia	Peso Colombiano	0,0015	0,0012
Cuba	Peso Cubano	5,1967	4,0307
EUA	Dólar Norte-americano	5,1967	4,0307
México	Peso Mexicano	0,2610	0,2134
Panamá	Balboa	5,1967	4,0307
Peru	Novo Sol	1,4388	1,2160
Portugal	Euro	6,3779	4,5305
República Dominicana	Pesos Dominicanos	0,0898	0,0763
Venezuela	Bolívares Soberano	0,0000047	0,0001

Diante da situação em que as controladas da Companhia se encontram na Venezuela, conforme mencionado na Nota 1 (d), a administração estuda a possibilidade da mudança da moeda funcional para R\$, conforme definições de moeda funcional descritas no CPC02 (R2). De acordo com este CPC, essa possibilidade ocorre quando há alteração nas transações, nos eventos e nas condições subjacentes da Companhia em relação a sua moeda funcional definida anteriormente.

(c) Conversão de balanço de empresas consolidadas

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas consolidadas cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do encerramento do exercício;
- O patrimônio líquido inicial de um exercício corresponde ao patrimônio líquido final do exercício anterior, conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o exercício são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos exercícios; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido sob a rubrica "Outros resultados abrangentes".
- Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as correspondentes diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda.

2.4 Contabilidade em Economia Hiperinflacionária

As normas brasileiras de contabilidade (CPC 42/IAS 29) – "Contabilidade em Economia Hiperinflacionária", requerem a preparação de informações financeiras atualizadas por índices de inflação em economias consideradas hiperinflacionárias, o que ocorre com os ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado das entidades da Companhia na Venezuela e Argentina.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações financeiras na Venezuela foram atualizadas até 30 de junho de 2019 em conformidade com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que foi publicado pelo Banco Central de Venezuela ("BCV") em 28 de maio de 2019. O período relacionado aos meses de maio e junho de 2019, foram atualizados em conformidade com as diretrizes de cálculo previstos pelo BCV. A partir de 01 de julho de 2019 as informações financeiras da Venezuela não estão mais sujeitas a atualização por hiperinflação tendo em vista a descontinuidade da operação nesse país, conforme mencionado na nota 1 (d).

Na Argentina, as informações financeiras foram atualizadas em conformidade com o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que é publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina ("INDEC").

2.5 Novos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis

(i) Revisadas e vigentes

A Companhia revisou e aplicou no exercício de 2020 as normas e alterações vigentes para período anual iniciando em ou após 1º de janeiro de 2020.

- Alterações à IFRS 3 Definição de um Negócio
- Alterações às IFRS 7, IFRS 9 e IAS 39 (CPC 40(R1), CPC 48 e CPC 38, respectivamente), Reforma da taxa de juros de referência (Fase 1)
- Alterações às IAS 1 e IAS 8 (CPC 26(R1) e CPC 23, respectivamente), Definição de Material
- Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitida em 29 de março de 2018 (CPC 00(R2))
- Alterações à IFRS 16 (CPC 06(R2)), Concessões de aluguel relacionadas à Covid-19

A Administração da Companhia e suas controladas avaliaram os pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Revisadas e não vigentes

A Companhia revisou as normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas que não ainda estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao IAS 1 (CPC 26(R1)): Classificação de passivos como circulante ou não circulante
- IFRS 9 (CPC 48), Instrumentos Financeiros - Taxas no teste dos "10 por cento" para desreconhecimento de passivos financeiros.
- Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (CPC48, CPC 38, CPC 40(R1), CPC 11 e CPC 06(R2), respectivamente), Reforma da taxa de juros de referência (Fase 2)

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Reapresentação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Investimento Líquido em operações no exterior

Durante o ano de 2020, a Companhia passou a considerar alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que fazem parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários passaram a ser reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão", e serão reclassificadas do Patrimônio Líquido para o resultado no momento da alienação ou alienação parcial do investimento líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu em Outros Resultados Abrangentes o montante de R\$ 2.291.069 referente as variações cambiais de ativos e passivos considerados como parte do investimento líquido em operações no exterior. A fim de manter a comparabilidade das informações divulgadas os saldos correspondentes a 31 de dezembro de 2019 foram reapresentados, conforme o CPC 23, resultando na reclassificação do montante de R\$ 295.494 de Prejuízos Acumulados para Outros Resultados Abrangentes.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Conciliação do balanço patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	Efeitos de reapresentação			Efeitos de reapresentação		
	31 de dezembro de 2019	Ajustes		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2019	Ajustes
			(Reapresentado)			(Reapresentado)
Ativo Circulante	7.092.466		7.092.466	Passivo Circulante		10.679.781
Ativo Não Circulante	7.821.951		7.821.951	Passivo Não Circulante		15.375.805
				Patrimônio líquido		
				Capital social		9.771.631
				Ajuste de avaliação patrimonial	(295.494)	1.472.948
				Prejuízos acumulados	295.422	(22.291.706)
						(11.047.055)
				Participação dos não controladores	72	(94.042)
						(11.141.169)
Total do Ativo	14.914.417		14.914.417	Total do passivo e do patrimônio líquido		14.914.417

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Conciliação do prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

	2019	Efeitos de reapresentação	2019
		Ajustes	(Reapresentado)
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços e vendas	5.158.145		5.158.145
Custo dos serviços prestados	<u>(3.874.522)</u>		<u>(3.874.522)</u>
Lucro bruto	1.283.623		1.283.623
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas e com vendas	(1.895.739)		(1.895.739)
Outras receitas (despesas), líquidas	<u>64.849</u>		<u>64.849</u>
Prejuízo operacional	(547.267)		(547.267)
Resultado das participações societárias			
Equivalência patrimonial	(463.264)		(463.264)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	<u>(13.226.649)</u>	295.494	<u>(12.931.155)</u>
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda	(14.237.180)	295.494	(13.941.686)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(518.313)		(518.313)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>253.074</u>		<u>253.074</u>
Prejuízo das operações continuadas do período	<u>(14.502.419)</u>	295.494	<u>(14.206.925)</u>
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas do exercício	<u>(1.531.669)</u>		<u>(1.531.669)</u>
Prejuízo do exercício	<u>(16.034.088)</u>	295.494	<u>(15.738.594)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia	(15.762.190)	295.422	(15.466.768)
Participação dos não controladores	<u>(271.898)</u>	<u>72</u>	<u>(271.826)</u>
	<u>(16.034.088)</u>	295.494	<u>(15.738.594)</u>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Os montantes utilizados das contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial em "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.8 Contas a receber de clientes

Os saldos de contas a receber de clientes estão apresentadas conforme os valores de realização. Estão também incluídos nos saldos os valores ainda não faturados até a data do balanço em decorrência dos contratos de construção, cujos valores são determinados pela progressão física dos projetos.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para créditos de realização duvidosa (impairment). Na prática, são reconhecidas na medida em que a contraprestação que é incondicional for devida pelo cliente que resulta em valores faturados, ajustados pela provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando necessário. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, ficam apresentadas no ativo não circulante. Adicionalmente, a Companhia também avalia a expectativa de realização dos créditos, conforme detalhado na Nota 8 (i).

2.9 Estoques

Os estoques são compostos por peças e materiais para aplicação nas obras e são valorizados pelo método do custo médio, inferior aos custos de reposição, ou aos valores de realização.

Os estoques de imóveis a comercializar, substancialmente localizados em Angola, são avaliados pelo menor valor entre o valor de custo histórico e o seu valor de realização.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os componentes de obras descontinuadas e materiais fora dos parâmetros de qualidade que impedem o uso seguro.

2.10 Contas correntes consorciadas

A Companhia, juntamente com outras empresas, é participante de consórcios para prestação de serviços relacionados ao seu objeto social. Os saldos de contas correntes consorciadas representam o desequilíbrio dos aportes de recursos efetuados aos consórcios. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos de ativos e passivos estão apresentados pelo valor líquido de realização.

2.11 Sociedades do grupo Novonor

Os principais saldos mantidos com as Sociedades do Grupo estão regidos por instrumento contratual "Contrato de Mútuo", firmado entre a Companhia e suas controladas e empresas do Grupo Novonor. A natureza das operações é de empréstimos de recursos financeiros e poderá ter a incidência de encargos.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Depósitos judiciais

Os depósitos são apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, ainda que haja a possibilidade de desfecho favorável da questão para a Companhia e suas controladas.

2.13 Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos ou, no caso de despesas do exercício seguinte, ao custo.

2.14 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando (i) seu valor contábil for recuperável por meio de venda; e (ii) quando essa venda for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

Os bens do ativo imobilizado e intangível deixam de ser depreciados e/ou amortizados e as participações acionárias em sociedades coligadas, controladas ou em controladas em conjunto deixam de ser avaliadas pelo método da equivalência patrimonial quando classificadas como mantidas para venda.

Uma operação descontinuada é um componente da entidade que foi baixado ou está classificado como mantido para venda e (i) representa uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; (ii) é parte integrante de um único plano coordenado para venda de uma importante linha separada de negócios ou área geográfica de operações; e (iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo da revenda.

Operações descontinuadas foram devidamente excluídas dos resultados de operações em continuidade, sendo apresentadas como um único valor no resultado após os tributos a partir de operações descontinuadas na demonstração do resultado.

2.15 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicam os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9), relacionados ao reconhecimento, classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e de suas respectivas perdas por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros pode ocorrer nas seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A Companhia e suas controladas avaliaram não haver ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconhecimento inicial e mensuração

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia é parte das disposições contratuais do instrumento e em geral são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido dos custos da transação.

O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento.

Mensuração subsequente

(i) Custo amortizado: Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Os Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, correspondem a ativos mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia e suas controladas não tenham classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros da Companhia e suas respectivas classificações são demonstradas na nota 5.

(ii) Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: (a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; (b) na transferência de seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou (ii) não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois, o menor.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Análise de recuperabilidade dos ativos financeiros

Conforme CPC 48 (IFRS 9) a Companhia reconheceu uma provisão para perdas de crédito esperada ("ECL") para todos os instrumentos de dívida não mantidos ao valor justo por meio do resultado. As ECL são baseadas na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber, descontados por uma aproximação da taxa de juros efetiva original.

Para contas a receber, a Companhia e suas controladas aplicam uma abordagem simplificada no cálculo da ECL. Portanto, a Companhia e suas controladas constituíram uma provisão com base em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada por fatores prospectivos específicos para os países e obras inadimplentes e o ambiente econômico. Mais detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 8.

A Companhia e suas controladas consideram um ativo financeiro inadimplente quando informações internas ou externas indicam que dificilmente receberá os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

(i) Reconhecimento, classificação e mensuração

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos e financiamentos líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

(i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Ganhos e perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Custo amortizado: incluindo empréstimos e financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo período aplicável. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro.

(ii) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Apresentação líquida de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.16 Imobilizado

É composto, substancialmente, por máquinas e equipamentos aplicados nos contratos de construção civil.

Os imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, deduzido de depreciação acumulada e pelas perdas por impairment, quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na Nota 16.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia procedeu a revisão da vida útil dos ativos e essa revisão não produziu efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados da operação com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas", na demonstração do resultado.

2.17 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

A Companhia mantém basicamente ativos intangíveis com vida definida que são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados quanto à redução ao valor recuperável sempre que houver indicativo. O período de amortização e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados a cada exercício.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa que seja consistente com a função dos ativos intangíveis.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

2.18 Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram, a partir de 1º de janeiro de 2019, o CPC 06(R2) - Arrendamentos / IFRS16 - Leases, que introduziu um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro (anteriormente de acordo com a IAS 17 - Leases / CPC 06 (R1) - Arrendamentos), que era aplicado pela Companhia e suas subsidiárias até 31 de dezembro de 2018.

A Companhia e suas controladas avaliam no início do contrato se ele é, ou contém, um arrendamento. Ou seja, se o contrato confere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia e suas controladas (como arrendatárias) aplicam uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para os de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas controladas reconhecem passivos de arrendamento para fazer pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de usar os ativos subjacentes.

(a) Ativo de direito de uso

Os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer remensuração de passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamento feitos na data de início ou antes, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo menor entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos bens. Os ativos de direito de uso também passam por avaliação de impairment.

(b) Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem feitos durante o prazo. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa e valores que se espera que sejam pagos sob as garantias de valor residual. Os pagamentos do arrendamento também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pela Companhia e suas controladas, e o pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo refletir o exercício da opção pela Companhia.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de índice ou taxa são reconhecidos como despesa (a menos que sejam incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que deu origem ao pagamento.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam sua taxa incremental de empréstimo na data de início do arrendamento, pois a taxa de juros implícita no arrendamento não é imediatamente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos do arrendamento é reavaliado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos de arrendamento (ou seja, mudanças nos pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tal pagamento de arrendamento) ou uma mudança na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento para seus arrendamentos de curto prazo, independentemente da sua natureza (ou seja, aqueles arrendamentos que têm um prazo de arrendamento de 12 meses ou menos a partir da data de início e não contêm uma opção de compra). A Companhia também aplicou a isenção de reconhecimento para arrendamentos que, de acordo com sua política, sejam considerados de baixo valor, independentemente de sua natureza. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Nesse caso, são classificados no passivo não circulante.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.20 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente que é resultado de eventos passados, sendo provável uma saída de recursos necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Provisão para garantia

As controladas da Companhia, OEC Finance e ODB Holdco são garantidoras dos Bonds OFL. Devido ao vencimento antecipado dos Bonds OFL, as controladas reconheceram a provisão da garantia, conforme detalhado na Nota 1 (b).

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são atualizadas monetariamente até o final do período de relatório para cobrir perdas prováveis, com base na natureza do risco e na opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

2.21 Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de impostos sobre a renda, as quais abrangem o imposto sobre a renda devido pelas sucursais/subsidiárias no exterior e, no caso do Brasil, também a contribuição social sobre o lucro líquido, compreendem os tributos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto é reconhecido, respectivamente, no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de impostos sobre a renda correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia e suas controladas atuam e geram lucro tributável.

No Brasil, incluem o imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), calculados com base no lucro tributável, sendo aplicado a alíquota de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceda R\$ 240 para IRPJ e 9% para CSLL e considera a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável anual. O lucro tributável reflete o lucro antes dos impostos ajustado por itens não tributáveis e não dedutíveis (itens temporários e permanentes).

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social, esta última no caso dos investimentos no Brasil, e os ajustes temporários decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes" de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IAS 12 - Income Taxes).

Os impostos diferidos são determinados usando as alíquotas dos tributos vigentes dos respectivos países na data de publicação do balanço, que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros dos países, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.22 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas mantêm convênio de adesão com a Vexty, entidade fechada de previdência privada, instituída pela controladora Novonor, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas.

A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes, e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty estão limitadas ao valor total atualizado das quotas dos participantes. Nos termos do regulamento do plano de contribuição definida, não se poderá exigir nenhuma contribuição em pagamento por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia e suas controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 foram de R\$ 11.917 e R\$ 16.534, respectivamente.

Tais benefícios são considerados como plano de contribuição definida, em que o risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, para fins de aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados.

2.23 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido, como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas e apresentam risco significativo para as demonstrações financeiras, estão contempladas abaixo:

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros e outras fontes de receita.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais os prejuízos possam ser utilizados.

(b) Mensuração do Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.

A Companhia e suas controladas usam seu melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou em seu balanço o montante de R\$ 1.835.210 de perda por redução ao valor recuperável de ativos, os quais segundo a avaliação da administração não estava previsto a recuperabilidade no curto e no longo prazo. A referida perda por redução ao valor recuperável impactou substancialmente as seguintes rubricas: contas a receber curto e longo prazo no montante de R\$1.678.045, conforme mencionado na nota 8 (ii), outras contas a receber curto e longo prazo no montante de R\$9.568, impostos a recuperar no montante de R\$5.771, Contas correntes consorciadas no montante de R\$43.039, adiantamento a fornecedores no montante de R\$327 e intangível no montante de R\$98.460. A contrapartida dos efeitos da referida provisão no resultado foram nos montantes de R\$1.476.999 registrado na rubrica de custos e despesas administrativas e operacionais conforme demonstrado na nota 27 (i), o montante de R\$141.457 registrado na rubrica de outras despesas operacionais, o montante de R\$178.928 registrado na rubrica de resultado financeiro e a diferença entre a taxa fim e a taxa média registrado na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido no valor de R\$37.826.

(c) Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita nos arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito).

(d) Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas, cíveis e provisão para garantia

Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e cujos valores são estimáveis com segurança.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As controladas da Companhia, OEC Finance e ODB Holdco são garantidoras dos Bonds OFL. Devido ao vencimento antecipado dos Bonds OFL, as controladas reconheceram a provisão da garantia, conforme detalhado na Nota 1 (b).

(e) Reconhecimento de receita

A Companhia e suas controladas têm como principal atividade o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido ao cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca desses bens ou serviços, nos termos dos instrumentos contratuais entre as partes.

A Companhia e suas controladas consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de desempenho separadas para as quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço da transação, a Companhia e suas controladas consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de um componente de financiamento significativo, contraprestação não monetária e contraprestação a pagar ao cliente (se houver).

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas usam o método de porcentagem de conclusão ("POC") para contabilizar seus contratos de construção. O uso do método POC requer que a Companhia e suas controladas estimem o estágio de execução de cada contrato até a data base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato.

A aplicação do método POC ocorre em situações em que for avaliado que a receita deve ser reconhecida ao longo do tempo. Nesse caso, a Companhia e suas controladas transferem o controle do bem ou serviço ao longo do tempo.

(f) Acordos em conjunto

A Companhia e suas controladas detêm controle conjunto em determinados acordos contratuais que exigem consenso entre os participantes do acordo na tomada das decisões que configuram controle. A avaliação desses acordos, para determinação da existência de controle conjunto, envolve subjetividade e julgamento.

Os acordos contratuais que conferem à Companhia, ou às suas controladas, e aos demais participantes do acordo, direitos aos ativos líquidos das respectivas sociedades de propósitos específicos são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os acordos contratuais que representam direitos sobre ativos e obrigações pelos passivos são tratados como operações em conjunto (joint operations). Tais ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relacionadas aos seus interesses, são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas.

(g) Demonstrações dos fluxos de caixa

Os recursos liberados para Sociedades do Grupo (partes relacionadas) são classificados como atividades de empréstimos e financiamentos, visando adequar estas demonstrações à realidade das operações da Companhia.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros e indexadores de preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras, contas a receber e derivativos. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. A Companhia não faz uso de hedge accounting como instrumento desta gestão.

(a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de exposições de algumas moedas, especialmente com relação ao dólar norte americano.

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia, através de suas sucursais, controladas e coligadas, possui volume significativo de operações no exterior, sendo parte dessas operações expressa em dólares norte-americanos, com alguma exposição às moedas locais, restrita a alguns países específicos.

Adicionalmente, certos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, captados no exterior, são denominados em moeda estrangeira, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas administram sua exposição às taxas de câmbio através da composição de fluxo de caixa em moedas estrangeiras, dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos.

A política da Companhia e suas controladas para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, sendo esses monitorados continuamente pela administração.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Considerando que a Companhia e suas controladas não têm ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação nas taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

A dívida em moeda estrangeira está sujeita principalmente à flutuação da Libor, enquanto a dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário.

A Companhia e suas controladas analisam sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia e suas controladas definem uma mudança razoável nas taxas de juros e calculam o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

(c) Exposição a riscos de indexadores de preços

Parte considerável dos contratos nos quais a Companhia e suas controladas encontram-se engajadas são contratos a preço fixo. As margens reais de lucro desses contratos podem variar, com relação às margens estimadas, quando do orçamento de custos, no momento da proposição do preço contratual, em decorrência de variações significativas não esperadas no custo dos equipamentos, materiais a serem aplicados ou mão de obra, relacionadas a efeitos inflacionários ou outros inesperados; dificuldades em obter empréstimos e financiamentos necessários para a execução do contrato ou em obter permissões ou aprovações governamentais; alterações de projeto resultando em custos inesperados; atrasos causados por condições climáticas adversas ou falhas de performance de subempreiteiros e/ou fornecedores contratados.

Com o objetivo de minimizar os riscos de indexadores de preços, os contratos a preço fixo performados pela Companhia e suas controladas têm seus orçamentos revisados periodicamente, incluindo nos orçamentos revisados as confirmações ou inconsistências verificadas em relação aos valores efetivamente realizados. É política da Companhia e suas controladas discutir a cobrança de pleitos em relação ao preço contratual, resultando em futuros aditivos contratuais que acrescem valor ao referido preço contratado, em decorrência das variações verificadas. Tais aditivos são registrados contabilmente quando de sua assinatura.

(d) Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

A Companhia e suas controladas buscam manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores investimentos em capital de giro.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

A estratégia de vendas da Companhia e suas controladas considera o nível de risco de crédito a que a administração de cada empresa está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, respeitando as diretrizes gerais do Grupo.

A diversificação das carteiras de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

Para mitigar esse risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas têm como mecanismo de proteção a prestação do serviço de engenharia e construção mediante faturamentos periódicos antecipados aos clientes.

Objetivando reduzir o volume de recebíveis em atraso, a Companhia e suas controladas têm adotado a política de descentralizar a negociação para recebimento no âmbito administrativo junto aos referidos clientes, delegando essa responsabilidade para os níveis administrativos responsáveis pelo acompanhamento de cada contrato. Caso nessas ações administrativas não seja obtido sucesso, a cobrança desses valores ocorrerá pela via judicial.

Além disso, a Companhia e suas controladas têm procurado maior seletividade de seus clientes, tendo aumentado a participação da receita advinda dos clientes privados ou para clientes do setor público que a Companhia e suas controladas entendem possuir capacidade de geração independente de recursos, e que não são dependentes de orçamentos públicos para liquidar suas obrigações (substancialmente empresas de economia mista), assim como participam em contratos em que os pagamentos são financiados por agências de exportação, agências multilaterais, bancos comerciais, fundos de pensão e investidores privados.

Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a Companhia e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra ("down payment"). Esses adiantamentos são descontados de cada fatura até o final do contrato.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico, ponderando as concentrações de acordo com o rating e os preços observados diariamente no mercado de Credit Default Swaps referenciados às instituições.

(e) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

A Companhia demonstra abaixo o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Nota	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Total dos empréstimos e financiamentos	19	4.426.045	3.029.318
Menos: caixa e equivalente de caixa	6	(876.679)	(482.425)
Dívida líquida (i)		<u>3.549.366</u>	<u>2.546.893</u>
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(17.192.037)</u>	<u>(11.141.169)</u>
Total do capital		<u>(13.642.671)</u>	<u>(8.594.276)</u>
Índice de alavancagem financeira - %		<u>N/A</u>	<u>N/A</u>

N/A - Não aplicável

(i) A dívida líquida da Companhia inclui a provisão de garantia aos Bonds (Nota 1 (b)).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativo mensurado a valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2020			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos		723.296	723.296
Investimento de curto prazo	153.383		153.383
Aplicações financeiras		94.617	94.617
Contas correntes com consorciadas		431.303	431.303
Contas a receber e outros ativos		5.497.452	5.497.452
Sociedades do Grupo Novonor		3.234.029	3.234.029
	153.383	9.980.697	10.134.080
		Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2020			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		4.426.045	4.426.045
Arrendamento mercantil		120.868	120.868
Fornecedores, subempreiteiros e outros passivos		5.919.860	5.919.860
Contas correntes com consorciadas		480.067	480.067
Sociedades do Grupo Novonor		4.318.188	4.318.188
		15.265.028	15.265.028
		Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos		400.869	400.869
Instrumentos financeiros	70.700		70.700
Investimento de curto prazo	81.556		81.556
Aplicações Financeiras		73.387	73.387
Contas correntes com consorciadas		379.226	379.226
Contas a receber e outros ativos		7.424.157	7.424.157
Sociedades do Grupo Novonor		2.714.397	2.714.397
	152.256	10.992.036	11.144.292
		Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		3.029.318	3.029.318
Arrendamento mercantil		151.996	151.996
Fornecedores, subempreiteiros e outros passivos		5.120.791	5.120.791
Contas correntes com consorciadas		371.529	371.529
Sociedades do Grupo Novonor		3.636.945	3.636.945
		12.310.579	12.310.579

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Liquidez imediata	316.119	129.567
Caixa países (*)	368.285	140.690
Consórcios (**)	192.275	212.168
	<u>876.679</u>	<u>482.425</u>

(*) Considera países com eventuais restrições de movimentação/envio de recursos para fora do respectivo país, tais como: judiciais, cambiais, legislações próprias e não há restrições para uso local.

(**) Considera caixa de consórcios, que a Companhia possui participação, e será utilizado para as obrigações dos mesmos.

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são de curto prazo (prazo original de até 90 dias), apresentam alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, além de estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo deste recurso é, basicamente, suprir necessidades de caixa da Companhia.

7 Instrumentos financeiros

Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (“CIDs”) foram emitidos pelo Município de São Paulo (“PMSP”), com base na Lei 15.413 de 20 de julho de 2011, no Decreto 52.871 de 22 de dezembro de 2011 e na Deliberação nº 1/2013 de 4 de abril de 2013 do Comitê de Construção do Estádio da Copa do Mundo de Futebol de 2014, podendo ser utilizados para pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, devidos à PMSP pelo investidor ou cessionário.

Em 8 de janeiro, 18 de junho, 25 de julho e 17 de dezembro de 2019, a Arena Fundo de Investimento Imobiliário – FII (“Arena FII”) transferiu o montante de 5.828 CIDs à CNO, a título de quitação parcial do contas a receber referente ao Contrato EPC da Arena Corinthians.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia negociou o Instrumento Particular de Cessão de Direitos, Constituição de Opção de Compra e Outras Avenças (“Contrato de Cessão”) com o fundo Nagoia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Não Padronizados (“Fundo Nagoia”), sendo 2.136 como cessão de direito (“CIDs da primeira operação”) e 3.692 como opção de compra (“CIDs opção de compra”).

Os CIDs da primeira operação foram negociados pelo montante de R\$ 82.000, mais um prêmio de R\$ 7.425 previsto no Contrato de Cessão. Em decorrência desse recebimento, ocorrido em 2019, a Companhia reconheceu no resultado financeiro, desse mesmo ano, uma perda de R\$ 57.759.

Em 31 de julho de 2020, o Fundo Nagoia, por meio de notificação, nos termos da Cláusula 3.2 do Contrato de Cessão, exerceu a sua opção de aquisição da totalidade dos 3.692 CIDs Opção de Compra, e em 24 de agosto de 2020, efetuou o pagamento no montante de R\$ 79.606. Em decorrência desse recebimento, houve o registro de receita financeira no montante de R\$ 8.920 devido à atualização monetária prevista no Contrato de Cessão.

Em 31 de dezembro de 2020 não há saldos a receber em relação aos CIDs.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas a receber de clientes e adiantamento de clientes

Os saldos de contas a receber estão registrados substancialmente em Angola, Brasil, Panamá, Peru e República Dominicana, os quais possuem saldos de adiantamentos recebidos de clientes em aberto, conforme segue:

	31 de dezembro de 2020						31 de dezembro de 2019					
	Contas a receber e direitos a faturar			Adiantamento de clientes e passivo de contrato (*)			Contas a receber e direitos a faturar			Adiantamento de clientes e passivo de contrato (*)		
Principais países	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Angola	1.105.749	264.748	1.370.497	49.654	2.892.345	2.941.999	1.640.818	193.129	1.833.947	7.084	2.824.027	2.831.111
Brasil	417.276	913.539	1.330.815	229.855	295.683	525.538	249.881	875.287	1.125.168	93.574	460.642	554.216
Panamá	726.436		726.436	130.637		130.637	648.415		648.415	139.455	6.499	145.954
Peru	1.366.056	22.832	1.388.888	124.518		124.518	1.066.998	28.120	1.095.118	8.095		8.095
Rep. Dominicana	414.047		414.047	244.304		244.304	920.289		920.289	643.285		643.285
Outros	705.783	967.833	1.673.616	436.748	4.171.843	4.608.591	409.341	1.048.315	1.457.656	281.602	3.207.381	3.488.983
(-) PECLD (i) / Provisão para perda de ativos sem expectativa de recuperabilidade (ii)	(2.632.009)	(352.765)	(2.984.774)				(920.977)	(160.311)	(1.081.288)			
	2.103.338	1.816.187	3.919.525	1.215.716	7.359.871	8.575.587	4.014.765	1.984.540	5.999.305	1.173.095	6.498.549	7.671.644

(*) Referem-se a adiantamentos de clientes recebidos geralmente quando da assinatura de contratos, para execução de determinadas obras, os quais são deduzidos em percentuais variados das faturas de prestação de serviços, durante o prazo de execução estipulado em contrato. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas também são registrados na rubrica "Adiantamentos recebidos de clientes", denominado como passivo de contrato, no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

De acordo com o CPC48 – Instrumentos Financeiros, na mensuração da provisão de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa a Companhia adotou o critério de abordagem simplificada, tendo em vista que seus recebíveis não contemplam componentes de financiamentos significativos.

Para a mensuração da provisão de perda esperada a Companhia não utilizou uma matriz de provisões por ausência de perdas históricas em suas operações que a levasse a definir um critério de provisão com base nos históricos de perdas. Ao invés disso, a Companhia adotou modelo de matriz geográfica, tendo em vista o acompanhamento de suas operações estar definida geograficamente. Portanto, a cada período a Companhia aplica a probabilidade de Default de cada país que atua sobre sua exposição de crédito, que representa o contas a receber e direitos a faturar menos os adiantamentos de clientes e passivo de contrato.

Adicionalmente, a Companhia também avalia perdas incorridas oriundas de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do recebível e se esse evento de perda tiver impacto nos fluxos de caixa da Companhia.

Historicamente, a Companhia e suas controladas têm recebido esses créditos mantidos junto às referidas entidades, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas em sua realização. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos. Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a Companhia e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra (“down payment”). Esses adiantamentos são descontados de cada fatura até o final do contrato.

(ii) Provisão para perda de ativos sem expectativa de recuperabilidade

Conforme descrito na nota 3.1 (b) Valor justo de instrumentos financeiros, referente as estimativas e julgamentos contábeis críticos, o valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A administração da Companhia usa seu melhor julgamento para escolher o método de avaliação e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou em seu balanço o montante de R\$ 1.678.045 de perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, substancialmente oriundos de recebíveis mantidos em projetos no Peru, EUA, Equador e Brasil.

9 Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Ativos - compensáveis						
Antecipação de Imposto de renda	28.302	151.572	179.874	25.399	288.554	313.953
Tributos Indiretos	39.296	219.776	259.072	22.458	132.287	154.745
Impostos retidos na fonte	5.785	23.390	29.175	6.139	2.555	8.694
Outros	68.229	10.520	78.749	52.949	10.547	63.496
	<u>141.612</u>	<u>405.258</u>	<u>546.870</u>	<u>106.945</u>	<u>433.943</u>	<u>540.888</u>
			<u>484.968</u>			<u>490.258</u>
			<u>61.902</u>			<u>50.630</u>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Estoques

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Materiais para aplicação em obras (i)	107.359	144.234
Imóveis negociáveis (ii)	186.848	151.150
Importações e exportações em andamento (iii)	105.845	79.792
Estoques em trânsito	31.670	21.049
Adiantamentos a fornecedores	3.941	61.268
	<u>435.663</u>	<u>457.493</u>

(i) Refere-se, substancialmente, a materiais para aplicação no Consórcio UTE Santa Cruz.

(ii) Refere-se, substancialmente, a estoques de imóveis à venda em Angola.

(iii) Referem-se a importações em andamento, substancialmente dos projetos Santa Cruz (Brasil) e AH Lauca (Angola).

11 Outros ativos curto e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de outros ativos de curto prazo e longo prazo estão pulverizados em diversas naturezas, podendo ser destacados:

i) custos de transação referente aos Bonds OFL no montante de R\$ 156.328 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 47.252);

ii) notas de débitos e faturas emitidas contra empresas do Grupo Novonor no montante de R\$ 312.705 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 245.008) conforme mencionado na Nota 12 (b); e

iii) depósitos/bloqueios judiciais no montante de R\$ 91.199 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 46.749);

iv) créditos Eletrobrás R\$ 91.142 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 91.142);

v) acordo firmado em 2019 com as consorciadas do projeto RNEST no montante de R\$ 57.998 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 69.027 - no curto prazo);

vi) outras contas a receber referentes ao distrato celebrado entre o CEL6 com a Concessionária Move São Paulo S.A., tendo como intervenientes anuentes a Linha Universidade Participações S.A. ("Nova Concessionária") e a Acciona Construcción S.A., ficando a Nova Concessionária obrigada a pagar ao CEL6 o valor de R\$ 44.726 (atribuível a Companhia);

vii) adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 28.392 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 25.982); e

viii) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia mantém em seu ativo o valor de R\$26.478 referente a créditos previdenciários. O crédito decorre do reconhecimento de não incidência de contribuição previdenciária sobre verba trabalhista com base na Nota PGFN/CRJ nº 485/2016, que reconheceu não ser devida a incidência de INSS sobre Aviso Prévio Indenizado.

ix) Outras contas a receber referentes ao contrato celebrado no dia 02 de outubro de 2020, entre o Consórcio Expresso Linha 6 ("CEL6") com a Acciona Construcción S.A., sobre a venda de parte de seus ativos imobilizados e alguns itens de estoque. O montante atribuível a Companhia, a receber em 31 de dezembro de 2020 é de R\$12.413.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Partes relacionadas

(a) Movimentação dos saldos de Sociedades do Grupo Novonor e Contas Correntes Consorciadas

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Juros	Variação cambial	Provisão para perdas	Ajuste a valor presente	31 de dezembro de 2020
Ativo circulante								
Conta corrente com consorciadas								
Odebrecht Serviços e Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("OSP")	88.152	1.451						89.603
Total - Empresas em recuperação judicial (i)	88.152	1.451						89.603
Ativo não circulante								
Sociedades do Grupo Novonor								
Novonor	82.616	15.630		876	26.095	(10.841)		114.376
ODBIC	437.141			11.589	126.629	(6.017)		569.342
OFL	1.988.146				562.179	(220.356)		2.329.969
Total - Empresas em recuperação judicial (i)	2.507.903	15.630		12.465	714.903	(237.214)		3.013.687
Demais empresas consolidadas da OPI (ii)								
Aqueduct	91.207	476	(16.891)	6.894	21.347	(51.897)		51.136
Biocom	1.358	97	(172)		464			1.747
Biocom – Cia de Bioenergia de Angola Ltd. - "Biocom" (c)	95.563	10.768		39.431	28.255		(24.678)	149.339
Consortio Constructor Ductos Del Sur	11.403	2.303	(1.326)	491	5.192			18.063
Outros	6.963	1	(8.147)	11	1.229			57
Total - Demais empresas do Grupo	206.494	13.645	(26.536)	46.827	56.487	(51.897)	(24.678)	220.342
	2.714.397	29.275	(26.536)	59.292	771.390	(289.111)	(24.678)	3.234.029

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Juros	Variação cambial	Transferências/ Compensações	31 de dezembro de 2020
Passivo não circulante							
Sociedades do Grupo Novonor							
Novonor	163.189	7.305	(11.857)				158.637
ODBIC	437.141	293		1.444	130.464		569.342
OFL	1.201.152				347.470		1.548.622
OSP	875.146	371	(4.568)				870.949
Total - Empresas em recuperação judicial (i)	2.676.628	7.969	(16.425)	1.444	477.934		3.147.550
Demais empresas consolidadas da OPI (ii)	350.235	21.984	(62.170)	10.498	75.396		395.943
Aqueduct	527.321				152.543		679.864
CNOC (Colômbia)	157	46	(234)		31		
Consortio Constructor Ductos Del Sur	29.690		(3.862)	1.260	13.840		40.928
Consortio Constructor Chavimochic	5.614		(4.830)	17	971		1.772
Horiens Consultoria e Corretora de Seguros Ltda	29.390		(1.596)				27.794
Horiens Ltd	9.611				2.780		12.391
OR	6.497						6.497
Outros	1.802	7.365	(4.421)	48	655		5.449
Total - Demais em presas do Grupo	960.317	29.395	(77.113)	11.823	246.216		1.170.638
	3.636.945	37.364	(93.538)	13.267	724.150		4.318.188

(i) O saldo dos passivos líquidos da OEC e empresas controladas com Sociedades do Grupo Novonor em Recuperação Judicial é (R\$ 44.260) (31 de dezembro de 2019 – (R\$ 80.573)).

(ii) Refere-se a saldos com empresas consolidadas da Odebrecht Participações e Investimentos S.A. – Em Recuperação Judicial (“OPI”), que não estão em Recuperação Judicial: Concessionária Trásvase Olmos S.A., Odebrecht Latinvest Peru SAC, Odebrecht Energia Del Peru, Technik Invest SAC, Inversiones en Infraestructura Transportes por Ductos SAC, Odebrecht Latinvest Peru Ductos S.A., Concessionária IIRSA Norte S.A., Concessionária Interoceánica Sur Tramo 2 S.A., Concessionária Interoceánica Sur Tramo 3 S.A. e Bairro Novo Empreendimentos S.A.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras transações com partes relacionadas:

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Juros	PCLD/ AVP	Variação cambial	Transferências	31 de dezembro de 2020
Ativo circulante e não circulante								
Contas a receber								
OSP		6						6
Total - Empresas em recuperação judicial		6						6
Demais empresas Consolidadas na OPI	65.829	92.137	(66.625)			7.430	(35.361)	63.410
Consorcio Construtor Chavimochic - Peru	289					84		373
Gasoduto Sur Peruano	871.973				(1.120.858)	248.885		
Biocom (c)	8.520	44.137	(9.625)		(35.677)	26.862		34.217
Odebrecht Ambiental Participações	9.322	104				2.074		11.500
Braskem	8.140	24.265	(27.921)					4.484
OTP - Investidas	34.811							34.811
Odebrecht Properties - Controladas (i)	89.947							89.947
Odebrecht Energia - Controladas (ii)	37.965	327						38.292
Odebrecht Realizações	23.883	51	(47)					23.887
Outros - Ativo	50.374	521	(3.772)			451		47.574
Total - Demais empresas do Grupo	1.201.053	161.542	(107.990)		(1.156.535)	285.786	(35.361)	348.495
Outros ativos								
Novonor	914	4.117	(4.117)			263		1.177
OPI	5.582	866	(5.317)					1.131
OSP	367	3.252	(519)					3.100
Odebrecht Properties	1.063	2.124	(1.089)					2.098
Edifício Odebrecht RJ S.A.	88	198						286
Odebrecht Energia	11.237	3.946	(799)					14.384
Ativos		14.311	(1.579)					12.732
Total - Empresas em recuperação judicial	19.251	28.814	(13.420)			263		34.908
Demais empresas Consolidadas na OPI	1.312	3.081	(2.010)					2.383
Biocom (c)	14.110	44.892	(24.629)		(26.589)	12.533		20.317
Odebrecht Ambiental Participações	12.195	2.575	(1.120)			1.054		14.704
Braskem	1.004	3.336	(3.155)					1.185
OTP - Investidas	34.981	3.980	(4.908)	6.601		248		40.902
Odebrecht Realizações	27.877	5.107	(5.161)					27.823
Ocyan	3.943	3.118	(827)					6.234
Odebrecht Defesa e Tecnologia	1.982	4.948	(573)					6.357
CNOOC (Colômbia)		829			(14.381)	13.552		
AOT Pipelines S.A.P.I. DE C.V.	1.554					458		2.012
Sociedade de Desenvolvimento Mineiro ("SDM")	126.365	1.827				26.853		155.045
Outros - Ativo	434	2.445	(2.044)					835
Total - Demais empresas do Grupo	225.757	76.138	(44.427)	6.601	(40.970)	54.698		277.797

- (i) Refere-se, substancialmente a Arena Pernambuco.
(ii) Refere-se, substancialmente a Santo Antonio Energia.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Variação cambial	Transferências	31 de dezembro de 2020
Passivo circulante						
Fornecedores						
Novonor	10.047	221	(276)	1.267		11.259
OSP	29.508		(3.370)			26.138
Odebrecht Properties	148	6	(112)			42
Edifício Odebrecht RJ S.A.	24.120	12.581				36.701
Atvos	352	440	(11)			781
Total - Empresas em recuperação judicial	64.175	13.248	(3.769)	1.267		74.921
Braskem México	1.235			364		1.599
Demais empresas Consolidadas na OPI	874		(257)	294		911
AOT Pipelines S.A.P.I. DE C.V.	16.709			4.924		21.633
Outros - Passivo	964	4.363	(2.817)			2.510
Total - Demais empresas do Grupo	19.782	4.363	(3.074)	5.582		26.653
Adiantamentos recebidos de clientes						
Demais empresas Consolidadas na OPI		160.928		(10.040)	(35.361)	115.527
Total - Demais empresas do Grupo		160.928		(10.040)	(35.361)	115.527
Outros passivos						
Novonor	242					242
Total - Empresas em recuperação judicial	242					242
OR	5.230		(21)			5.209
Outros - Passivo	119					119
Total - Demais empresas do Grupo	5.349		(21)			5.328

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Créditos com a Biocom – Companhia de Bioenergia de Angola Ltd.

A Companhia através de suas controladas diretas e indiretas no Brasil e no Exterior, mantém saldos em aberto no balanço nas rubricas de contas a receber com Sociedades do Grupo Novonor, contas a receber de clientes e outros ativos do ativo circulante e não circulante com a coligada Biocom, oriundos de faturas de exportação de bens e serviços e mútuos efetuados a título de prestações suplementares ocorridos entre os períodos de 2010 a 2019.

Conforme mencionado na Nota 1 (f), em 06 de dezembro de 2019, as Acionistas da Biocom, juntamente com os bancos locais (Banco Angolano de Investimentos – BAI, Banco de Fomento Angola – BFA e Banco Econômico – BE), formularam os principais termos da renegociação dos empréstimos contraídos pela Biocom, os quais estão documentados na Ficha Técnica Indicativa (“FTI”), que está confirmada e assinada.

Entre os termos desta renegociação em discussão, está prevista a liquidação da dívida junto aos bancos locais em um período de 126 meses (10,5 anos), sendo que somente após liquidação da dívida junto aos bancos locais, poderão ser liquidados os saldos em aberto com os acionistas e partes relacionadas, conforme a capacidade financeira de pagamento da Biocom.

Nesse cenário, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma redução ao valor recuperável (impairment) em seu ativo circulante e não circulante no valor de R\$ 1.516.182, como ajuste a valor presente, cujo valor reflete o valor justo esperado para realização destes saldos em aberto nesta mesma data base.

Durante o exercício de 2020, o ajuste a valor presente no montante de R\$ 86.944 foi registrado em contrapartida do resultado financeiro como despesa.

(d) Remuneração do pessoal chave da administração

	31 de dezembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (a)	5.596	4.154	9.750	5.895	6.349	12.244
Remuneração de curto prazo (b)	125	15	140	123	38	161
Benefícios - Previdência privada	195		195	157	34	191
	<u>5.916</u>	<u>4.169</u>	<u>10.085</u>	<u>6.175</u>	<u>6.421</u>	<u>12.596</u>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, vale refeição e seguro de vida.

O pessoal-chave da administração contempla os conselheiros e diretores estatutários da OEC e suas controladas CNO e OECI (“Administradores”).

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 12 de maio de 2020, foi aprovado o valor total de remuneração dos administradores no montante de R\$ 26.092, referente ao ano-calendário de 2020, que inclui Incentivos de Curto Prazo – ICP e Incentivos de Longo Prazo – ILP, de R\$ 7.523 e R\$ 2.705, respectivamente.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre a renda diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto sobre a renda, a base negativa de contribuição social, esta última no caso dos investimentos no Brasil, e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os respectivos valores contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, no Brasil, são de 25% para o imposto sobre a renda e de 9% para a contribuição social. As alíquotas nominais nos demais países variam de 25% a 35%.

(a) Reconhecimento do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é demonstrada como segue:

Natureza dos créditos	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Prejuízos fiscais	199.403	494.570	17.213	14.096
Base de cálculo negativa	8.292	6.960		
	207.695	501.530	17.213	14.096
Diferenças temporárias				
Provisões	630.235	491.945	2.215	3.530
Variação cambial	171.917	(243.263)	497.858	167.708
Ajuste a valor presente	8.049	(11)		
Entidades governamentais			116.501	73.849
Outros	9.987	75.316	313.123	55.585
	1.027.883	825.517	946.910	314.768

(b) Recuperabilidade dos ativos de imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram posição ativa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os saldos ativos são compostos, em sua maioria, por prejuízos fiscais e diferenças temporárias, fundamentados na própria realização dessas diferenças, com base no orçamento de resultados futuros.

Tal orçamento contempla, principalmente, o "backlog" (carteira de receitas já contratadas possuída pela Companhia e suas controladas), acompanhado das novas contratações previstas para os próximos anos e a disponibilização, para fins de tributação, dos resultados auferidos por subsidiárias localizadas no exterior na data do balanço no qual tenham sido apurados.

(c) Programa de Regularização Tributária – PRT e Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 2017 a empresa aderiu aos Programas de Regularização Tributária ("PRT e PERT") com o objetivo de quitar o montante de R\$ 2.299.140 (incluindo multa e juros) de dívidas tributárias federais.

A liquidação será mediante o pagamento de 24% da dívida em 24 parcelas e o restante (76%) com a utilização créditos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL próprios, no valor de R\$ 85.414 e, adquiridos de empresas do Grupo Novonor, no montante de R\$ 1.661.653.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2018, a OEC consolidou os parcelamentos e, até 31 de dezembro de 2020, foram quitadas parcelas no montante de R\$ 544.806. O saldo remanescente de R\$ 8.098 registrado no passivo, refere-se ao principal no montante de R\$ 6.545 com atualização da Selic Acumulada em R\$1.553.

(d) Parcelamento Ordinário

Em abril e agosto de 2019 a Companhia aderiu a Parcelamentos Ordinários para quitar débitos de IRPJ e CSLL de anos anteriores no montante de R\$ 65.801 em 60 parcelas, sendo que até 31 de dezembro de 2020 foi quitado o montante de R\$ 20.513. Do saldo remanescente de R\$ 48.205 registrado no passivo, R\$ 45.288 refere-se ao montante principal e R\$ 2.917 refere-se a atualização pela Selic.

14 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

(a) Balanço

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Concessionária Ruta Del Sol S.A.S ("Rutas del Sol") (i)		175.266
Rutas de Lima SAC ("Rutas de Lima") (ii)	323.341	261.007
Concessionária Chavimochic S.A.C ("Chavimochic") (iii)	18.698	16.207
	<u>342.039</u>	<u>452.480</u>

(i) Rutas del Sol – Em 22 de fevereiro de 2017, com aditivo em 27 de março de 2017, a Agência Nacional de Infraestrutura da Colômbia ("ANI") e a Concessionária Ruta del Sol firmaram o Acordo para a rescisão e liquidação do Contrato de Concessão nº 01, de 14 de janeiro de 2010, para o término antecipado do Contrato de Concessão, acordando uma fórmula de cálculo, sujeita à aprovação da autoridade judicial competente, para a liquidação do Contrato. O referido Acordo dispôs, ainda, sobre as obrigações e direitos do período de transição e do período de reversão dos bens. Este Acordo não foi cumprido pela ANI, e nesse sentido deu-se continuidade das negociações via um Tribunal Arbitral Local (Câmara de Comercio de Bogotá), com a única finalidade de declarar a Nulidade do Contrato de Concessão, mesmo já estando encerrado.

Em 14 de setembro de 2017, o Tribunal Administrativo de Cundinamarca decretou as medidas administrativas complementares requeridas pelo Acordo, sendo que em 20 de outubro de 2017, ANI e a Concessionária assinaram Ata de reversão e entrega da infraestrutura, formalizando a devolução dos bens reversíveis, exceto por 26 salvaguardas que afirmam ainda não haver ocorrida a reversão, mas sim tão somente a entrega da infraestrutura. Sobre o que foi revertido, a Concessionária ainda não recebeu o pagamento pelos investimentos feitos no projeto, sendo este um ato de expropriação.

Em 6 de Agosto de 2019, o Tribunal Arbitral Local homologou o Laudo Arbitral pelo qual se decreta a Nulidade do Contrato de Concessão, apesar de ter operado a caducidade e, como consequência, o Tribunal determinou os efeitos econômicos que se derivaram da declaração de nulidade, para o qual foi realizado uma interpretação tendenciosa do artigo 20 da Lei 1882 de 2018, ajustando os cálculos realizados por seu Perito Expert (Duff & Phelps), e descontando claims não incluídos na peritagem e lucros não distribuídas pela Concessionária. De acordo com o Laudo, foi reconhecido, pelo Perito Expert do Tribunal, o investimento realizado e validado por Perito de Parte, nesse mesmo processo arbitral. Não obstante, o Tribunal sem sustento técnico, ou pelo menos, sem sustento validado pelos Peritos com expertise para tal, realizou ajustes no valor de investimento, sendo tal valor insuficiente para pagar as obrigações financeiras e tão pouco seus Acionistas. O valor dos ajustes descontados pelo Tribunal devem ser demandados em instâncias internacionais, especificamente no International Chamber of Commerce ("ICC"), conforme cláusula de resolução de controvérsias do Contrato que, mesmo anulado, prevalece.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além da demanda internacional anterior, a Concessionária, os seus Acionistas e os bancos financiadores do projeto decidiram solicitar a anulação do laudo do tribunal. Para tal, elaboraram de forma independente, recursos extraordinários de anulação, interpostos em 30 de setembro de 2019 e ações de tutela formulada em 15 de janeiro de 2020, estas últimas foram negadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu uma perda por redução a valor recuperável sobre o referido investimento no montante de R\$ 63.947, tomando como base o laudo de avaliação de valor de liquidação, apresentado pela Duff & Phelps, na arbitragem local, considerando os seguintes critérios: i) decisão da arbitragem local, sem sustento técnico, ou pelo menos, sem sustento validado pelos peritos com expertise para tal, realizou ajustes desfavoráveis ao investimento; ii) bancos credores, Acionistas e a Concessionária apresentaram recursos extraordinários de anulação da decisão sobre a arbitragem local; iii) apresentação de recursos de tutela formulados e apresentados, os quais na data da avaliação da provisão para perda por redução a valor recuperável (impairment) não tinham sido julgados; iv) apresentação de demanda internacional na CCI com o intuito de discutir a arbitragem em uma corte imparcial; e v) reconhecimento do Perito do Tribunal (Duff&Phelps) sobre o investimento realizado e validado por perito de Parte.

Adicionalmente, até 31 de dezembro de 2020, eventos ocorridos localmente, em relação a Concessionária, levou a Administração a reavaliar a recuperabilidade desse investimento. Tal avaliação, tomou como base a abertura do processo de liquidação judicial da Concessionária, mediante o Auto radicado pelo número 2020-01-009673, ordenado pela Superintendência de Sociedades ("SS") da Colômbia. A respeito das possibilidades de recuperação do capital investido na Concessionária, a Administração da Companhia solicitou análise a um expert em matéria societária, o qual assinalou que os acionistas "somente terão direito ao valor remanescente que ficar depois que a Concessionária pagar todo o passivo com terceiros, incluindo aquelas obrigações postergadas, tais como sanções, juros e créditos extemporâneos, tal como dispõe o artigo 59 da lei 1116 de 2006."

Em 30 de junho de 2020, a Companhia reconheceu o complemento da perda por redução a valor recuperável sobre o referido investimento no montante de R\$ 261.041, mesmo sabendo que no futuro poderá reaver parcela do capital aportado em decorrência da arbitragem internacional.

(ii) Rutas de Lima – Em 28 de junho de 2016, a Odebrecht Latinvest Peru S.A.C. ("OLI SAC"), alienou 57% do capital social da Rutas de Lima em favor da BIF III Peru Transportation I S.A.C. ("BIF"). Nessa mesma operação a BIF obteve a opção de compra de 25% das ações da Rutas de Lima detidas pela CNO, controlada direta da Companhia. A BIF tinha o prazo de 4 anos para exercer a opção de compra, o qual venceu em 28 de junho de 2020. Em função de a OLI SAC ter entrado com processo de arbitragem contra a BIF, para reaver parte dos valores acordados na venda, a Administração da Companhia não prosseguirá com as negociações de venda junto a BIF.

A administração está em fase de contratação de um assessor financeiro para realizar as negociações da venda de participação do investimento em Rutas de Lima com investidores interessados.

(iii) Chavimochic – Em 2017, a Chavimochic apresentou um pedido de caducidade do contrato de concessão por causa imputável ao Poder Concedente, sem implicar, necessariamente, na rescisão imediata do contrato de concessão, iniciando-se um procedimento de arbitragem internacional para solucionar as controvérsias geradas pelo inadimplemento do contrato de concessão por parte do Poder Concedente. Durante o ano de 2018, foi instaurado o Tribunal Arbitral, que está atualmente em andamento, conforme calendário processual, estimado para ser concluído até o final do ano de 2021.

Adicionalmente, a administração está em negociações para a venda de sua participação em Chavimochic.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Demonstração do resultado do exercício

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
CNO S.A - Sucursal Venezuela (v)	(1.438.654)	(1.397.524)
CBPO Ingenieria de Venezuela C.A. (v)	(76.798)	(31.192)
CBPO Ltda. - Sucursal Venezuela (v)	(43.706)	(35.077)
Chavimochic	(509)	(3.929)
Rutas del Sol	(261.041)	(63.947)
	<u>(1.820.708)</u>	<u>(1.531.669)</u>
Prejuízo do exercício de operações descontinuadas – por ação	<u>(0,139)</u>	<u>(0,133)</u>

(v) Refere-se à descontinuidade das operações das sucursais e subsidiária da Companhia na Venezuela, conforme apresentado na Nota 1 (d), sendo o valor de R\$ 1.559.158 substancialmente referente a perdas de variação cambial sobre passivos em moeda estrangeira.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Investimentos

(a) Informações sobre as principais coligadas

	Ações / Quotas possuídas direta ou indiretamente		% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
OSP Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("OSPIInv") (i) (ii)	816.671,285	816.671,285	41,47	41,47	5.947.814	11.184.631	15.382.459	12.688.757	(9.434.645)	(1.504.125)	40.315	41.598	(4.005.554)	(2.973.103)
SDM (ii)	225.000	225.000	50,00	50,00	11.219	11.219	36.564	37.882	(25.345)	(26.663)			1.318	(260)
CTO - Concessionária Travese Olmos	40.419.434	23.052.086	36,32	36,32	515.272	453.544	391.459	384.538	123.812	69.006	90.620	74.465	34.481	2.725
Elos Ligações de Alta Velocidade S.A.	65.210	65.220	13,04	13,04	1.034.808	735.069	192.449	136.478	842.359	598.591		44		(3.365)
SPV Andrade Gutierrez Odebrecht	52.500	52.500	50,00	50,00	7.423	85.341	75.130	44.685	67.707	40.656	14.844	43.176	15.909	13.121
Etilleno XXI Holding B.V.	18.000	18.000	50,00	50,00	82.622	59.234	321	229	82.305	59.004			4	2.871
Etilleno XXI Services B.V.	18.000	18.000	40,00	40,00	135.442	108.149	2.307	26.444	133.135	81.704		22.331	92	19.458
Rutas de Lima	40.941	40.941	25,00	25,00	3.673.856	3.049.300	(2.369.182)	1.939.718	1.312.365	1.102.206	232.052	464.844	8.150	(58.665)

(i) A OSPIInv - em recuperação judicial foi constituída em 29 de maio de 2015. É a uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em São Paulo - SP. A OSPIInv possui participação direta nas controladas: OSP (100%), Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. – Em recuperação judicial (82,30%) e Braskem (38,38%).

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, esses investimentos possuem passivo a descoberto. Adicionalmente, a participação da Companhia nas perdas acumuladas dessas empresas são superiores ao valor contábil do investimento. De acordo com as políticas contábeis relacionada a prática de registro em coligadas e controladas em conjunto, a Companhia não reconhece como passivo, a sua participação nas perdas adicionais oriundas desses investimentos.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos e provisão para passivo a descoberto

Investimentos - Sociedades coligadas	% de participação	País	31 de dezembro de 2019						Outros ajustes de Investidas	Equivalência patrimonial (a)	Outras equivalências (a)	Ajustes de conversão	Impairment	31 de dezembro de 2020
				Adições	Baixas	Dividendos	Transferências							
CTO - Concessionária Trasvase Olmos	36,32	Peru	25.064						11.782		8.124		44.970	
CENTRAD - Concorção do Centro ADM	5,00	Brasil	15.174						(6.987)	(79)			8.108	
Etileno XXI Holding B.V.	50,00	Holanda	29.501					(2)			11.958	(29.526)	11.931	
Etileno XXI Services B.V.	40,00	Holanda	32.681					(69)	106		20.719	(17.603)	35.834	
Grand Parkway	50,00	EUA	8.978			(675)			654		3.282		12.239	
SPV Andrade Gutierrez Odebrecht	50,00	Gana	20.328						7.954		5.571		33.853	
AOT Pipelines	33,34	México	17.061						317		4.463		21.841	
ELOS - Ligação de Alta Velocidade S.A.	13,04	Portugal	78.051								31.827		109.878	
Kulanda Malls	30,00	Angola	12.833						(3.982)		3.913		12.764	
Rutas de Lima (b)	25,00	Peru					(62.334)		12.193		50.141			
Outros Investimentos			6.367	2.356	(3.287)	(13.419)		14.030	(8.806)		2.516		3.059	
			<u>246.038</u>	<u>2.356</u>	<u>(3.287)</u>	<u>(14.094)</u>	<u>(62.334)</u>	<u>13.959</u>	<u>13.231</u>	<u>3.223</u>	<u>142.514</u>	<u>(47.129)</u>	<u>294.477</u>	

Provisão para passivo a descoberto	% de participação	País	31 de dezembro de 2019						Outros ajustes de Investidas	Equivalência patrimonial (a)	Outras equivalências (a)	Ajustes de conversão	31 de dezembro de 2020
				Adições	Baixas	Dividendos	Transferências						
B SABOR - Bento Pedrosa Const. e Lena	50,00	Portugal	(8.252)						(99)		(3.364)	(11.715)	
Biocom	40,00	Angola	(196.105)						14.393		(58.345)	(240.057)	
Outras provisões para passivo a descoberto			(1.989)	13.378				326	(11.387)		(668)	(340)	
			<u>(206.346)</u>	<u>13.378</u>				<u>326</u>	<u>2.907</u>		<u>(62.377)</u>	<u>(252.112)</u>	
				<u>15.734</u>	<u>(3.287)</u>	<u>(14.094)</u>	<u>(62.334)</u>	<u>14.285</u>	<u>16.138</u>	<u>3.223</u>	<u>80.137</u>		

(a) Referente aos resultado da equivalência patrimonial no valor de R\$ 19.361.

(b) Em 30 de junho de 2020 foi reclassificado da rubrica de "ativo não circulante mantido para venda" para a rubrica de "investimento", no ativo permanente, o valor de R\$ 62.334, referente ao investimento em Rutas de Lima. Vale ressaltar que, após a reclassificação, foram atualizados os efeitos de equivalência patrimonial, desde o exercício em que o referido investimento foi reclassificado como mantido para venda até 31 de dezembro de 2020, conforme previsto no CPC 31. Os efeitos de resultado, desse exercício, foram apresentados na linha de equivalência patrimonial, de operações continuadas. Adicionalmente, conforme citado na nota 14 (ii), a administração está em fase de contratação de um assessor financeiro para realizar as negociações da venda de participação desse investimento e dessa forma, nesta data, reclassificou novamente o investimento para a rubrica de "ativo mantido para venda".

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos e embarcações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Construções em andamento	Outros	Total
Custo	32.939	455.641	1.192.558	325.017	151.185	102.109	55.728	354.074	2.669.251
Depreciação/exaustão acumulada		(135.930)	(868.454)	(254.896)	(112.590)	(86.432)		(303.514)	(1.761.816)
Saldo em 1º de janeiro de 2019	32.939	319.711	324.104	70.121	38.595	15.677	55.728	50.560	907.435
Aquisições		187	30.615	3.166	3.397	678	83	1.245	39.371
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão	(763)	(33.618)	(68.243)	(12.941)	(8.156)	(991)		(5.757)	(130.469)
Transferências			(7.314)	3.299	2.214	1		55.805	54.005
Depreciação/exaustão		(8.901)	(53.454)	(16.934)	(8.454)	(7.765)		(32.524)	(128.032)
Impairment (i)	(165)	(1.435)	(604)	(1.723)	(4.671)	(256)		(1.940)	(10.794)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	132	(1.048)	(25.858)	(9.227)	3.680	(1.300)		(14.451)	(48.072)
Saldo contábil	32.143	274.896	199.246	35.761	26.605	6.044	55.811	52.938	683.444
Custo	32.143	375.311	737.347	250.437	128.087	84.637	55.811	374.754	2.038.527
Depreciação/exaustão acumulada		(100.415)	(538.101)	(214.676)	(101.482)	(78.593)		(321.816)	(1.355.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	32.143	274.896	199.246	35.761	26.605	6.044	55.811	52.938	683.444
Taxas anuais de depreciação (%)		4	20	25	10	20		até 10	

(i) Provisão para perda por redução ao valor recuperável (impairment) referente a ativos de Venezuela (Nota 1 (d)).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos e embarcações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Construções em andamento	Outros	Total
Custo	32.143	375.311	737.347	250.437	128.087	84.637	55.811	374.754	2.038.527
Depreciação/exaustão acumulada		(100.415)	(538.101)	(214.676)	(101.482)	(78.593)		(321.816)	(1.355.083)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	32.143	274.896	199.246	35.761	26.605	6.044	55.811	52.938	683.444
Aquisições		14	32.470	21.056	2.610	613	2	56.408	113.173
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão		(12.020)	(191.870)	(7.550)	(3.322)	(402)		(22.669)	(237.833)
Transferências (i)	9	144	91.422	531	(2.058)	(2)	(55.811)	(34.235)	
Depreciação/exaustão		(12.282)	(23.156)	(13.058)	(8.149)	(6.105)	2.283	(16.709)	(77.176)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	8.369	77.556	47.973	6.780	4.664	1.436	(1)	(10.356)	136.421
Saldo contábil	40.521	328.308	156.085	43.520	20.350	1.584	2.284	25.377	618.029
Custo	40.521	449.348	673.774	273.073	135.676	90.727	2.284	402.621	2.068.024
Depreciação/exaustão acumulada		(121.040)	(517.689)	(229.553)	(115.326)	(89.143)		(377.244)	(1.449.995)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.521	328.308	156.085	43.520	20.350	1.584	2.284	25.377	618.029
Taxas anuais de depreciação (%)		4	20	25	10	20		até 10	

(i) Refere-se substancialmente a imobilizados transferidos para ativos circulantes mantidos para venda em junho de 2020, e posteriormente vendidos conforme contrato celebrado no dia 02 de outubro de 2020, entre o CEL6 com a Acciona Construcción S.A., conforme descrito na Nota 11.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, diante da intenção da Administração de não continuar com a implantação de um novo sistema operacional integrado, priorizando outras melhorias de controles internos, foi baixado o valor de R\$ 78.460 em contrapartida de despesas gerais e administrativas.

O saldo em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 56.406 , está representado substancialmente por softwares e é apresentado líquido das amortizações.

18 Direito de uso

(a) Informações sobre o direito de uso

A Companhia tem como principais transações, na condição de arrendatária, escritórios e equipamentos. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contêm diversos termos e condições.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa implícita do contrato. Caso esta taxa não possa ser determinada é considerado o juro incremental de empréstimo da Companhia, equivalente à taxa que a Companhia pagaria ao tomar algum empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares. A Companhia aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos, equivalente a taxa de mercado.

O direito de uso do ativo é mensurado ao custo composto por:

- Montante inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o momento de início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de restauração.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação de direito de uso

	Arrendamento de edifícios	Arrendamento de máquinas e equipamentos	Arrendamento de equipamentos de informática	Total
Custo	81.726	986		82.712
Saldo em 1º de janeiro de 2019	81.726	986		82.712
Adições	60.132	70	154	60.356
Baixas	(38)	(93)		(131)
Amortizações	(16.611)	(328)	(68)	(17.007)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	596			596
	125.805	635	86	126.526
Custo	142.040	1.296	154	143.490
Amortização acumulada	(16.235)	(661)	(68)	(16.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	125.805	635	86	126.526
Taxas anuais de amortização (%)	4	até 17	20	

	Arrendamento de edifícios	Arrendamento de máquinas e equipamentos	Arrendamento de equipamentos de informática	Arrendamento de veículos e embarcações	Total
Custo	142.040	1.296	154		143.490
Amortização acumulada	(16.235)	(661)	(68)		(16.964)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	125.805	635	86		126.526
Adições	13.980	75		431	14.486
Baixas	(42.126)	(251)	(86)		(42.463)
Amortizações	(24.304)	(327)		(190)	(24.821)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	1.709				1.709
	75.064	132		241	75.437
Custo	96.327	1.098		467	97.892
Amortização acumulada	(21.263)	(966)		(226)	(22.455)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	75.064	132		241	75.437
Taxas anuais de amortização (%)	4	até 17	20	5	

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	País	Moeda	Tipo de operação	Modalidade	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Banco Regional do Keve	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Juros pré-fixados de 23,80% + VC		8.444
Royal Bank of Scotland	Ilhas Cayman	US\$	Investimento	ECA	Juros pré-fixados de 10,25% + VC	43.801	32.996
Landesbank Baden	Rep. Dominicana	US\$	Investimento	Empréstimo CP	Libor + 2,025% + VC	18.692	13.669
Banco Occidental de Descuento	Venezuela	VES	Operacional	Empréstimo LP	Juros pré-fixados de 24,00% + VC	1	26
Crédito Agrícola Costa Azul	Portugal	€	Operacional	Empréstimo LP	EURIBOR 12M + 2,50%	13.891	13.764
Banco Africano de Investimentos	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Libor 6M + 1,50% a.a Spread (20,59%)	3.966	10.772
Banco Fomento de Angola	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Juros pré-fixados de 19,50% + VC		44.752
Banco Internacional de Crédito	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Libor 6M + 2,00% a.a Spread (21,34%)	7.192	9.288
Banco Millennium Atlântico	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Libor 1M + 2,75% a.a Spread (21,29%)	43.553	53.618
Liberty Mutual Surety	EUA	US\$	Operacional	Empréstimo CP	Juros pré-fixados de 5,35% + VC	61.996	53.562
Novo Banco	Portugal	€	Operacional	Empréstimo LP	EURIBOR a (6M) + Spread 6%	97.474	66.053
Banco do Brasil	Brasil	R\$	Operacional	ACC	Juros pré-fixados de 7,43%	241.410	181.526
Banco do Brasil	Brasil	R\$	Operacional	ACE	Juros pré-fixados de 7,43%		12.373
Diversas instituições financeiras no Exterior	Diversos	US\$			Juros pré-fixados de 6,74% + VC	261	417
						532.237	501.260
Legenda:							
COP - Peso Colombiano	VC - Variação cambial				Garantia dos Bonds - OFL	3.893.808	2.528.058
DTF - Depósitos a Termo Fijo	VES - Bolívar Soberano					4.426.045	3.029.318
EURIBOR - Euro Interbank Offered Rate	US\$ - Dólar Americano						
Libor - London Interbank Offered Rate	€ - Euro				Passivo circulante	4.314.422	2.949.084
KWA - Kwanza (moeda angolana)	AED - Dirham						
ECA - Export Credit Agencies	R\$ - Reais brasileiros				Passivo não circulante	111.623	80.234
ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	ACE - Adiantamento sobre Cambiais Entregues						

Em 31 de dezembro de 2020, encontravam-se vencidos e contabilmente registrados conforme suas cláusulas contratuais os seguintes financiamentos: Royal Bank of Scotland (RBS) / OOL, Landesbank Baden (LBBW) / CNO RD/ OAL e Banco Occidental de Descuento / CBPO Ingeniería de Venezuela C.A. Tais valores estão em negociações junto às respectivas instituições financeiras de modo a estabelecer as novas condições e prazos para amortização dos respectivos saldos.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

País	31 de dezembro de 2019	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Provisão de juros	Variação cambial	Provisão de garantias	31 de dezembro de 2020
Brasil	193.898		(32.698)		27.002	53.208		241.410
Portugal	79.817		(5.581)		4.852	32.277		111.365
Angola	126.874		(74.487)	(1.200)	2.412	1.114		54.713
EUA	53.979	3.476	(11.578)			16.377		62.254
Ilhas Cayman	32.996				1.250	9.556		43.802
República Dominicana	13.670				407	4.616		18.693
Venezuela	26					(26)		
Garantia dos Bonds - OFL	2.528.058					765.748	600.002	3.893.808
	<u>3.029.318</u>	<u>3.476</u>	<u>(124.344)</u>	<u>(1.200)</u>	<u>35.923</u>	<u>882.870</u>	<u>600.002</u>	<u>4.426.045</u>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante do saldo de empréstimos e financiamentos classificado como passivo não circulante apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2020
2022	97.732
2023	13.891
	<u>111.623</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Moeda local (Reais)	241.410	193.899
Moeda estrangeira (Dólar)	4.018.558	2.628.702
Moeda estrangeira (Kwanza)	54.711	126.874
Moeda estrangeira (Euro)	111.365	79.817
Moeda estrangeira (Outros)	1	26
	<u>4.426.045</u>	<u>3.029.318</u>

(c) Cláusulas específicas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas não possuem cláusulas de covenants financeiros. Para os covenants não financeiros a Companhia cumpriu com todas cláusulas.

20 Fornecedores e subempreiteiros

					31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Não vencidas	Vencidas até 90 dias	Vencidas de 91 a 365 dias	Vencidas a mais de 365 dias	Total	Total
Brasil	120.521	41.924	60.329	46.090	268.864	327.747
Exterior	58.004	183.278	161.414	4.058.304	4.461.000	3.768.036
	<u>178.525</u>	<u>225.202</u>	<u>221.743</u>	<u>4.104.394</u>	<u>4.729.864</u>	<u>4.095.783</u>
					Passivo circulante	4.087.264
					Passivo não circulante	8.519
					<u>4.724.593</u>	<u>4.087.264</u>
					<u>5.271</u>	<u>8.519</u>

A gestão de capital de giro da Companhia é feita de modo a atrelar os pagamentos dos fornecedores ao recebimento dos clientes. Dos montantes vencidos há mais de 365 dias, quase 60% é devido a fornecedores na Venezuela e no Peru, e que deverão manter o conceito de gestão de capital de giro adotado pela Companhia.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Impostos, taxas, salários e contribuições sociais

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Obrigações trabalhistas		
Brasil	112.001	172.406
Exterior	371.651	296.147
	483.652	468.553
Obrigações tributárias (a)		
Brasil	82.328	84.937
Exterior	285.382	649.970
	367.710	734.907
	851.362	1.203.460
	813.982	1.153.970
Passivo circulante	813.982	1.153.970
Passivo não circulante	37.380	49.490

(a) Composição por natureza das obrigações tributárias:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e IRRF	271.409	517.046
Tributos Indiretos	13.381	80.302
Parcelamentos (Nota 13 (c) e (d))	56.303	68.180
Encargos com pessoal	10.180	53.034
Outros	16.437	16.345
	367.710	734.907

22 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras

As provisões feitas pela Companhia e por suas controladas estão ligadas, principalmente, às discussões existentes nas esferas judiciais e administrativas, sendo segregadas por probabilidade de perda, com base na avaliação dos administradores, assessores jurídicos internos e externos, segregadas do seguinte modo:

Obrigações Prováveis – Obrigações nas quais existe uma obrigação legal (ou não) como consequência de um evento passado, em que é provável a saída de recursos para liquidação e que possa ser estimada confiavelmente. Para esses casos/processos, a Companhia faz um provisão contábil e a destaca em Nota Explicativa, conforme apresentado no quadro abaixo:

	31 de dezembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (b)	Acordos (a)	Total	Total
Passivo Circulante		573.114	573.114	396.486
Passivo Não circulante	1.289.222	3.167.056	4.456.278	3.952.303

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Acordos - Foram considerados tanto os acordos já negociados com os diversos países e entidades governamentais, quanto as provisões para fazer frente aos acordos que ainda estão em andamento decorrentes da Operação Lava-Jato (cujos valores foram apurados com base na melhor estimativa da administração e dos consultores jurídicos envolvidos no Brasil e no exterior).

(b) As contingências tributárias, trabalhistas e cíveis são:

Tributário (i)	798.931
Trabalhista (ii)	320.982
Cível	189.517
	<u>1.309.430</u>
(-) Depósitos judiciais	<u>(20.208)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.289.222</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>722.468</u>

(i) Tributário - A administração tributária do Peru vem fiscalizando as empresas Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción SAC, Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal Peru e o Consórcio Constructor Ductos Del Sur com relação aos impostos sobre a renda e impostos sobre vendas relativos aos períodos de 2010 a 2014. De acordo com a estimativa realizada pela área legal da Companhia, em dezembro de 2020, foi considerado um complemento da estimativa de provisão, frente a esses processos fiscais, registrada em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$184.917, sendo o valor total da provisão o montante de R\$ 471.229 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 245.913).

(ii) Trabalhista - Há diversas ações de natureza trabalhista ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, incluindo consórcios, respondendo cada consorciada pelo equivalente à sua cota parte. As contingências reportadas como “possíveis”, em sua grande maioria, encontram-se em uma fase processual incipiente e que não permite aferir de forma precisa qual será a efetiva condenação, pois, como é de conhecimento público, os reclamantes, muitas vezes, aduzem pedidos excessivos.

Obrigações Possíveis – Obrigações nas quais é mais provável que não haja uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, visto que ainda há de ser confirmado se a Companhia tem de fato ou não uma obrigação presente e que pode ser conduzida a uma saída de recursos. Para esses casos/processos, a Companhia não faz uma provisão contábil, mas destaca em Nota Explicativa, conforme apresentado no quadro abaixo, sendo que não são apresentados valores que não possam ser estimados confiavelmente:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributário (iii)	7.472.046	6.670.505
Trabalhista (ii)	435.083	377.261
Cível (iv)	5.094.095	3.924.413
Total de passivo contingente	<u>13.001.224</u>	<u>10.972.179</u>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Tributário

- Brasil

Em 17 de outubro de 2018, a CNO foi intimada da lavratura de auto de infração relativo aos supostos débitos de IRPJ/CSLL e IRRF, no montante atualizado de R\$ 4.146.909 relacionadas à glosa, pela Receita Federal do Brasil, de despesas incorridas pelas Sucursais da CNO no exterior, cuja natureza indevida ficou evidenciada nos relatos dos colaboradores e acordo de leniência da Novonor. Apesar da natureza das despesas incorridas no exterior, a Companhia entende que carece de fundamentação jurídica as cobranças que estão sendo realizadas, vez que estão em dissonância com a legislação aplicável de cálculo de lucro do exterior.

A defesa desse Auto de Infração foi julgada improcedente em primeira instância. Em março de 2020 foi realizada a sessão de julgamento do nosso recurso, o qual foi parcialmente acolhido para afastar a cobrança de IRRF e seus acessórios, sendo o restante mantido por voto de qualidade. Embora ainda não tenhamos obtido acesso ao Acórdão, estima-se que tal resultado implique em uma redução de 50% do valor da autuação. Atualmente aguardamos a intimação sobre o conteúdo da decisão para apresentarmos recurso à instância superior administrativa.

Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2017, a CNO foi intimada da lavratura de auto de infração, no montante de R\$ 407.153, para cobrança de IRRF referente a supostos pagamentos sem causa realizados pelas Sucursais da CNO no exterior durante o ano-calendário de 2012, cuja natureza indevida ficou evidenciada nos relatos dos colaboradores e acordo de leniência da Novonor. A companhia apresentou Impugnação, a qual foi julgada improcedente em 14 de agosto de 2018, sendo interposto Recurso Voluntário contra a decisão. Em 17 de setembro de 2019 foi iniciado o julgamento do recurso, ocasião em que foi determinada a baixa do processo em diligência para análise de erros de cálculo da autuação, ainda pendente de intimação.

- México

A autoridade tributária do México ("Servicio de Administración Tributaria – SAT") autuou a CNO Sucursal México por um valor total aproximado de R\$ 1.341.551 bilhões após conclusão de fiscalização relacionada a Imposto de Renda e IVA dos exercícios 2014 e 2015. A Companhia apresentou, ainda em fase de contencioso administrativo, "demandas de nulidad" referente a ambos os exercícios perante o Tribunal Federal de Justiça Administrativa (TFJA). A Companhia impugnou as autuações argumentando que os valores indevidamente considerados como receita não tributada constituem operações legais e isentas, como remessas de recursos da matriz e contratos de câmbio, e ainda indicou que a atuação do SAT foi extemporânea, levando em conta que o artigo 50 do Código Fiscal da Federação Mexicana determina o prazo de 6 meses para notificar o contribuinte sobre inconsistências na apuração do imposto. As demandas de nulidade ainda não foram julgadas pelo TFJA.

(iv) Cível

- Brasil

A CNO, OECI e a CBPO foram demandadas no bojo de ações coletivas (i.e., ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e ações populares) promovidas pelo Ministério Público e/ou Populares que têm como objeto pedidos de anulação de atos/contratos, ressarcimento a supostos danos causados à administração pública e aplicação de sanções previstas nas legislações que regulamentam as referidas ações.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessas ações, destacam-se, pelo valor envolvido: (i) Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo Ministério Público de São Paulo, contra a OECI e outras empresas, relacionada aos contratos de execução da Linha 5 do Metrô. O valor atualizado da ação é de R\$ 3.005.805, sendo que a quota parte relativa à OECI corresponde ao montante aproximado de R\$ 600.000. Não obstante a decisão desfavorável proferida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a Companhia e os seus assessores acreditam ter sólidos fundamentos para reverter a condenação imposta à OECI, sendo tal entendimento confirmado pela decisão do STJ, que concedeu efeito suspensivo aos recursos especiais apresentados pelas partes; (ii) Ação de Improbidade Administrativa promovida pelo Ministério Público de São Paulo, contra a CBPO, relacionada à execução de serviços de limpeza urbana, cujo impacto para a companhia ainda não é possível precisar, em função da pendência de julgamento de recurso e da necessidade de liquidação dos parâmetros determinados na sentença e (iii) pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, contra a CNO, relacionada ao contrato de execução das obras da Linha 4 do Metrô, cujo impacto para a Companhia ainda não é possível precisar, pelo estágio processual incipiente em que se encontra.

As empresas do grupo OEC são partes em procedimentos arbitrais em curso, que envolvem tanto contingências ativas como passivas, alguns deles em estágio incipiente, aguardando a formação do Tribunal Arbitral e/ou a conclusão de tratativas que permitam a solução negociada dos litígios.

Pela própria natureza desses processos e do estágio que se encontram, as pretensões neles deduzidas são manifestamente controvertidas, decorrendo de obrigações celebradas em contratos firmados por empresas do grupo OEC com empresas terceiras, e dependem de decisões dos Tribunais Arbitrais para definição de responsabilidades e, sobretudo, fixação dos valores finais que deverão ser pagos pelas partes, os quais, na maioria dos casos, dependem da realização de provas periciais técnicas e complexas, que envolvem disciplinas de engenharia, contabilidade e economia.

A Companhia contratou escritórios com notória especialização/reconhecimento para representar seus interesses nessas disputas. Com base na atual posição e particularidades desses processos, a Companhia estima contingências passivas de R\$ 1.378.351 e contingências ativas de R\$ 1.070.135, todas com prognóstico possível de realização, o que poderia levar a um valor final de contingências passivas de R\$ 308.216.

- Colômbia

A Procuradoria General de La Nación (PGN) ingressou com ação popular contra a Concessionária Ruta del Sol, suas acionistas OLI Colombia (37%), CNO (25,01%), outras acionistas pessoas jurídicas e também a pessoas físicas, por alegações de violação a direitos coletivos e danos ao patrimônio público em razão de atos de corrupção relacionados ao contrato de concessão. A decisão de primeira instância condenou os demandados solidariamente a uma indenização no valor aproximado de US\$ 210 milhões – R\$ 1.089.944. A Companhia apresentou apelação arguindo a ilegalidade da decisão, além de ter impugnado os critérios inadequados utilizados para cálculo da indenização. O recurso da Companhia foi admitido em fevereiro de 2020 apenas em seu efeito devolutivo e se encontra aguardando julgamento.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Secretaria de Indústria e Comércio (SIC) iniciou investigação antitruste por meio de procedimento administrativo, por suposta prática anticoncorrencial no processo de adjudicação do contrato de concessão de Ruta del Sol, em relação a CNO, OPI, outras acionistas pessoas jurídicas e também a pessoas físicas. A defesa da Companhia e seus integrantes se baseia na alegação de inexistência de critérios técnicos e legais para caracterização de práticas anticompetitivas. Concluída a etapa de instrução, a SIC decidiu por sancionar todos os investigados no valor de: US\$ 25 milhões (R\$ 133 milhões) para CNO, US\$ 25 milhões (R\$ 133 milhões) para OPI e um total de US\$ 930 mil (R\$ 4.8 milhões) para três 3 pessoas físicas. A Companhia e as pessoas físicas apresentaram recursos administrativos. No caso de decisão administrativa confirmando a aplicação de sanções, caberia “demanda de nulidade” na esfera judicial, sem efeito suspensivo.

- Venezuela

A C.A Metro de Caracas (CAMETRO) demandou a controlada indireta da Companhia, CNO Sucursal Venezuela, em relação ao Metro Caracas – Viviendas Mariche –, relativamente à execução de fiança sobre adiantamentos recebidos pela CNO Sucursal Venezuela e não amortizados, além de alegado descumprimento contratual, cuja exposição de perda é avaliada em R\$ 198.808 - US\$ 38.306. O processo atualmente tramita em primeiro grau de jurisdição.

23 Arrendamento

	1° de janeiro de 2019	Adições	Baixas	Pagamentos	Juros	Variação cambial	31 de dezembro de 2019
Brasil	76.917	51.306	(85)	(2.310)	21.644		147.472
Exterior	6.152			(2.144)	664	(148)	4.524
	<u>83.069</u>	<u>51.306</u>	<u>(85)</u>	<u>(4.454)</u>	<u>22.308</u>	<u>(148)</u>	<u>151.996</u>
	1° de janeiro de 2020	Adições	Baixas	Pagamentos	Juros	Variação cambial	31 de dezembro de 2020
Brasil	147.472	11.559	(58.841)	(10.506)	26.181		115.865
Exterior	4.524	1.550		(3.468)	1.027	1.370	5.003
	<u>151.996</u>	<u>13.109</u>	<u>(58.841)</u>	<u>(13.974)</u>	<u>27.208</u>	<u>1.370</u>	<u>120.868</u>

O montante do saldo de arrendamento classificado como passivo não circulante apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2020
2022	5.113
2023	19.211
2024	23.613
2025 em diante	41.737
	<u>89.674</u>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 03 de julho de 2020, a Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tornou pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº. 1.055/05 e alterações posteriores, da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamento. A revisão dos referidos documentos, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais, editadas pelo IASB.

Essa revisão estabelece alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

A Companhia avaliou os contratos de arrendamento vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e não identificou efeitos materiais decorrentes da aplicação dessa revisão.

Visando redução de gastos administrativos, em 18 de novembro de 2020 a Companhia encaminhou à Pinheiros One Investimentos Imobiliários LTDA, atual denominação da BRZ Pantheon Investimentos Imobiliários LTDA. ("BRZ") a notificação de rescisão de locação, que tem como objetivo, informar as pretensões de devolver as áreas locadas e rescindir completamente o Contrato de Locação dos andares administrativos localizados no imóvel da rua Lemos Monteiro, 120 - Butantã, São Paulo - SP, na data de 20 de maio de 2021.

A partir de abril de 2021 a Companhia passará a ter sua sede administrativa no imóvel localizado na Av. das Nações Unidas, 14.401 - Parque da Cidade - Chácara Santo Antônio, São Paulo – SP.

24 Outros passivos curto e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de outros passivos de curto prazo estão pulverizados em diversas naturezas, sendo substancialmente compostos por provisões contratuais referentes a discussões em andamento com subempreiteiros, consorciadas e clientes relacionados a projetos no Brasil e no Exterior nos montantes de R\$ 390.073 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 432.598).

Em 31 de dezembro de 2020, os saldos de outros passivos de longo prazo estão pulverizados por diversas naturezas, sendo substancialmente compostos por provisões contratuais referente a discussões em andamento com clientes relacionados a projetos no Brasil, no montante de R\$ 492.790 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 336.169).

25 Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 9.771.631, totalmente subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 13.091.490.404, ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada pela Lei nº 11.638/07 com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019 (Reapresentado)
Saldo inicial do exercício	1.472.948	1.106.334
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas (i)	(10.594)	(85.544)
Efeito reflexo de correção monetária de investidas no exterior (ii)	109.034	78.520
Variação cambial de investidas no exterior (iii)	1.890.252	669.132
Variação cambial com investimentos liquidados no exterior (iv)	(2.291.069)	(295.494)
Saldo final do exercício	<u>1.170.571</u>	<u>1.472.948</u>

(i) Refere-se, basicamente, às variações de hedges contratados pela coligada indireta Braskem.

(ii) Em 2019, a variação de efeitos reflexos de correção monetária de investidas no exterior está atrelado aos efeitos de inflação das controladas indiretas da Companhia na Venezuela e Argentina. Em 2020, a variação corresponde somente a efeitos inflacionários de controladas da Companhia na Argentina, tendo em vista que a Companhia deixou de reconhecer os efeitos inflacionários da Venezuela a partir de 01 de julho de 2019, conforme informado na nota 2.3.

(iii) Refere-se à conversão dos saldos das investidas no exterior para a moeda funcional da Companhia.

(iv) Conforme mencionado na nota 2.7, a Companhia passou a considerar, em 2020, alguns ativos e passivos monetários com moeda funcional diferente do Real registrados no Brasil, advinda de operações entre sociedades que faz parte do mesmo grupo econômico e que estejam sob controle comum para as quais a liquidação não é provável de ocorrer nem está planejada para o futuro previsível, como parte de seu investimento líquido em operações no exterior. As variações cambiais decorrentes desses ativos e passivos monetários passarão a ser reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes, em "Ajuste acumulado de conversão".

(c) Resultado por ação

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	(5.711.501)	(15.466.768)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares)		
Ações ordinárias	<u>13.091.490</u>	<u>11.553.199</u>
Resultado por ação (expresso em Reais)		
Ações ordinárias	<u>(0,436)</u>	<u>(1,339)</u>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Receita líquida de serviços e vendas

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Receita de serviços		
Mercado interno	1.323.916	846.565
Mercado externo	2.371.153	4.363.522
	<u>3.695.069</u>	<u>5.210.087</u>
Receita de vendas		
Mercado interno	29.623	8.435
Mercado externo	43.015	16.241
	<u>72.638</u>	<u>24.676</u>
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	<u>(137.919)</u>	<u>(76.618)</u>
Receita líquida de serviços e vendas	<u>3.629.788</u>	<u>5.158.145</u>

27 Gastos por natureza

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2020			2019		
	Custo dos serviços prestados	Gerais e administrativas e com vendas	Total	Custo dos serviços prestados	Gerais e administrativas e com vendas	Total
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(828.231)	(3.898)	(832.129)	(633.955)	(9.828)	(643.783)
Despesas com pessoal	(658.137)	(420.659)	(1.078.796)	(997.068)	(698.420)	(1.695.488)
Serviços de terceiros (a)	(873.132)	(64.498)	(937.630)	(1.933.918)	(43.764)	(1.977.682)
Depreciação e amortização	(35.134)	(80.597)	(115.731)	(76.524)	(72.178)	(148.702)
Reversão (Provisão) para contingências (ii)	912	(205.878)	(204.966)	(2.365)	(365.098)	(367.463)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (i)	(64.561)	(1.428.043)	(1.492.604)	(43.692)	(168.257)	(211.949)
Amortização de direito de uso	(3.132)	(21.689)	(24.821)	(1.890)	(15.117)	(17.007)
Gastos administrativos	(360.297)	(379.564)	(739.861)	(159.355)	(422.264)	(581.619)
Outros, líquido	(30.920)	(8.007)	(38.927)	(25.755)	(100.813)	(126.568)
	<u>(2.852.632)</u>	<u>(2.612.833)</u>	<u>(5.465.465)</u>	<u>(3.874.522)</u>	<u>(1.895.739)</u>	<u>(5.770.261)</u>

(i) Refere-se substancialmente a provisão para perda por redução ao valor recuperável, sobre ativos da Companhia, conforme mencionado nas notas 3.1(b) e 8(ii), nos montantes de R\$ 1.476.999, referente a contas a receber de clientes, impostos a recuperar, adiantamentos a fornecedores e outros ativos, de curto e longo prazo, substancialmente oriundos de recebíveis mantidos no Peru, EUA, Equador e Brasil, efeitos estes líquidos da conversão de balanço e resultado para moeda funcional da Companhia.

(ii) Refere-se substancialmente a complemento de provisão para contingências fiscais no Peru, registrados como despesas Gerais e Administrativas e com Vendas, conforme mencionado na nota 22 (b) (i), no montante de R\$184.917, compensados por reversões líquidas de R\$ 57.578 referente provisões fiscais, cíveis e trabalhistas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição por natureza dos serviços de terceiros

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Subempreiteiros	(715.420)	(1.739.137)
Aluguel e manutenção de equipamentos	(37.379)	(1.904)
Limpeza e vigilância	(19.764)	(28.560)
Transportes	(21.869)	(21.354)
Consultoria e Auditoria	(141.027)	(184.545)
Informática e tecnologia	(1.863)	(1.485)
Outros	(308)	(697)
	<u>(937.630)</u>	<u>(1.977.682)</u>

28 Resultado financeiro, líquido

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Receitas de aplicações financeiras	15.162	28.310
Receita (despesas) de variação cambial (i)	(847.585)	(178.289)
Juros de empréstimos e financiamentos	(52.838)	(22.211)
Juros de arrendamento mercantil	(27.236)	(22.713)
Provisão para garantias (ii)	(600.002)	(2.403.559)
Comissões bancárias	(7.019)	(54.539)
Provisão de perdas esperadas de créditos com partes relacionadas (iii)	(468.131)	(8.162.081)
Ajuste a valor presente	(99.104)	(1.534.376)
Outros, líquido	125.373	(581.697)
	<u>(1.961.380)</u>	<u>(12.931.155)</u>

- (i) Perda de variação cambial decorrente substancialmente dos passivos em moeda estrangeira, substancialmente atrelado ao dólar, referentes as suas sucursais e subsidiárias indiretas no exterior.
- (ii) Conforme descrito na nota 1 (b), decorrente do lançamento a mercado do ConCENT Solicitation, com base nos termos e condições do Term Sheet, foi atualizado o saldo da provisão da garantia, com base no valor justo dos Bonds OFL, cujo montante atualizado foi de US\$ 23.135 mil - R\$ 120.225.

Em dezembro de 2020, diante das atualizações ocorridas, considerando a emissão das Novas Notas e do Instrumento Holdco que resultou na revisão da taxa de desconto que passou de 17,8% para 14,8%, foi atualizado o saldo da provisão da garantia, com base no valor presente da nova dívida assumida, cujo montante atualizado originou o impacto financeiro de US\$ 100.129 mil - R\$ 520.340.

O efeito líquido no resultado é de R\$ 600.002, sendo a diferença no montante de R\$40.563 registrado na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, como efeito de variação cambial de investidas no exterior.

- (iii) Conforme mencionado na nota 1 (c) em 2019 a Administração da Companhia avaliou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor recuperável (impairment) sobre os créditos mantidos com as empresas em Recuperação Judicial. Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2020 foi atualizada a provisão decorrente dos efeitos de variação cambial registrados no exercício 2020.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Imposto de renda corrente	(6.959)	(23.383)
Contribuição social corrente	(2.505)	(8.418)
Imposto de renda no exterior (sucursais e subsidiárias) - corrente	85.120	(486.512)
	<u>75.656</u>	<u>(518.313)</u>
Imposto de renda diferido	(111.518)	167.794
Contribuição social diferida	(40.146)	60.406
Imposto de renda no exterior (sucursais e subsidiárias) - diferido	(3.210)	24.874
	<u>(154.874)</u>	<u>253.074</u>

(a) Imposto de renda no Brasil e exterior

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a despesa com imposto de renda está representada, principalmente, pelos impostos gerados nas operações de Brasil R\$ 161.128 (31 de dezembro de 2019 - (R\$ 196.399)); Angola R\$ 32.295 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 431.948); Argentina (R\$ 9.065) (31 de dezembro de 2019 - R\$ (47.098)); Panamá (R\$ 103.940) (31 de dezembro 2019 - R\$ 68.957) e Peru R\$ 23.166 (31 de dezembro de 2019 - (R\$ 25.877))

30 Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia estão demonstradas conforme indicado a seguir:

Modalidade	31 de dezembro de	31 de dezembro
	2020	de 2019
		US\$ mil
Bonds OFL (nota 1(b))	3.353.310	3.144.994
Sociedades do Grupo Novonor (i)	196.321	196.321
FINAME OSP	745	1.564
Empréstimos	92.224	162.438
Imobilizado	298	995
Leasing	3.247	3.549
Ação Judicial (Appeal Bond)	19.392	25.708
Garantia de Execução (Performance Bond)	58.482	59.452
Adiantamento de Pagamento (Advance Payment Bond)	236.863	1.691.373
Garantia de Execução (Performance Bond)	838.861	2.689.625
Garantia de Execução e Pagamento (Performance And Payment Bond)	29.674	319.636
Garantia de Manutenção (Maintenance Bond)	290.297	413.173
Outros	54.181	136.628
	<u>5.173.895</u>	<u>8.845.456</u>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No processo de conquista e na execução de contratos no Brasil e no exterior, a Companhia e suas controladas utilizam seguro-garantia ("Surety Bond"), obtido com o apoio da Horiens, empresa integrante do Grupo, através de alianças estratégicas de longo prazo com seguradoras e corretoras de primeira linha no mercado segurador global.

- (i) Em 07 de maio de 2012, CNO, OAS Engenharia e Construção S.A. Em Recuperação Judicial ("OAS") e UTC Engenharia S.A. – em recuperação judicial ("UTC") firmaram com a Petrobras Netherlands BV – PNBV ("PNBV") o Contrato EPC, para executar a conversão dos cascos de 4 (quatro) navios VLCC (very large crude carriers) em FPSO's (floating, production, storage and offloading).

O valor original do Contrato EPC estava estimado em US\$ 1.963.207.

Em 07 de maio de 2012, a CNO, a OAS e a UTC celebraram com a PNBV o Assignment Agreement, por meio do qual cederam sua posição contratual para a empresa ENSEADA desde 04 de outubro de 2019 ("ENSEADA"), permanecendo, perante a PNBV, solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais do Contrato EPC.

O Contrato EPC prevê uma limitação de responsabilidade de 10% (dez por cento), do valor do contrato, devidamente ajustado conforme aditivos e corrigido segundo inflação. A limitação de responsabilidade das Partes não se aplica nos casos de dolo ou culpa grave, fraude, multas por atraso, violação à lei ambiental, fiscal/tributária e do trabalho/previdência.

Durante a execução do Contrato EPC surgiram disputas entre a ENSEADA e a PNBV relacionadas ao cumprimento de obrigações contratuais de ambas as partes.

Diante do impasse, em 11 de julho 2016 a ENSEADA e PNBV firmaram o Agreement on Certain Matters, no qual foi estabelecida a devolução da custódia dos 4 cascos à PNBV e a renúncia, pela PNBV, ao direito de cobrar eventuais danos decorrentes dos serviços pendentes/incompletos, danos/multas por atraso e danos/multas por descumprimento de conteúdo local.

O Agreement on Certain Matters estabelece também que a ENSEADA e a PNBV deverão emendar os melhores esforços no sentido de se obter um acordo para as diferenças surgidas no Contrato EPC. O instrumento também estabelece que os eventuais direitos da PNBV somente serão devidos e exequíveis quando houver uma solução definitiva de todas as disputas entre a ENSEADA e a PNBV, seja por negociação/acordo, arbitragem ou outra forma de solução de disputas.

Em março de 2019, a PNBV manifestou seu interesse em iniciar um procedimento arbitral.

Em razão do estado incipiente do procedimento arbitral, ainda pendente de formação do tribunal arbitral, da assinatura da ata de missão e da apresentação da resposta da ENSEADA e alegações iniciais, não é possível estimar os valores envolvidos no valor da garantia da CNO.

- (ii) A exposição em Seguro Garantia, especificamente sobre as que foram oferecidas aos entes públicos para garantir os projetos na Venezuela, no montante de USD 3.066.287.283,04, foram baixadas, devido a exposição nula, uma vez que todas as apólices já tiveram sua data final de vigência vencida, no mínimo superior a 1 ano e não existe qualquer movimentação, seja no âmbito de aumento ou redução das mesmas. Além disso, depois deste período não houve:
- i) Nenhuma tentativa de execução / acionamento destas apólices através de notificação de descumprimento contratual para as seguradoras (seja na esfera administrativo ou judicial);

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ii)
- iii) Não houve ciência da utilização de resseguro para essa exposição, como também não houve nenhuma solicitação por parte de resseguradores externando preocupação com a exposição no País;
- iv) Nenhum pedido por parte das Seguradoras para uma eventual renovação compulsória destas garantias como forma de se resguardar sobre qualquer descumprimento contratual; e
- v) Não há qualquer declaração por parte dos clientes Venezuelanos quanto a terminação dos contratos por descumprimento contratual nem por necessidade de extensão ou renovação das apólices.

31 Cobertura de seguros (não auditado)

A OEC possui cobertura securitária tanto para a operação nacional como internacional, contratando coberturas de seguro, que incluem Riscos de Engenharia, responsabilidade civil geral, D&O, E&O, transportes nacional e internacional, Riscos Operacionais, entre outras. A Companhia acredita que seu Programa de Seguros é consistente com os padrões aplicados aos mais altos índices de gestão de risco de empresas de construção multinacionais que operam globalmente.

Os Limites Máximos de Indenização ("LMI"), por evento e/ou no agregado, para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia, benchmarks e estudos de cenários de perdas máximas estimadas realizadas por especialistas, são:

	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Brasil	8.775.883	9.262.223
Exterior	36.825.413	36.489.305
	<u>45.601.296</u>	<u>45.751.528</u>

*Ramos securitários considerados para Ativos / Projetos - Riscos de Engenharia, Riscos Operacionais, Riscos Diversos Equipamentos, Transportes e Frota de automóveis.

**Ramos securitários considerados para Seguros de Responsabilidades - Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Profissional, Responsabilidade Civil Ambiental, Responsabilidade Civil Obras, e D&O e Seguros de Vida.

32 Eventos Subsequentes

(a) Bonds OFL (emissão de novas notas)

Conforme mencionado na nota 1 (b), em 20 de janeiro 2021, os credores detentores de Bonds OFL receberam, em pagamento de seus créditos, Novas Notas e unidades do Instrumento Holdco, onde 55% da dívida teve como emissor a ODB HoldCo e 45% OEC Finance. Devido a isto, em janeiro de 2021 será revertida a provisão da garantia ora registrada nas controladas direta e indireta ODB Holdco e OEC Finance, constituindo uma dívida pelos seguintes valores:

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Principal	Juros	Ajuste a valor presente (AVP)	US\$ mil
				Saldo total da dívida
ODB Holdco	1.894.334		(1.887.681)	6.653
OEC Finance	1.549.910	2.025.876	(2.833.154)	742.632
	3.444.244	2.025.876	(4.720.835)	749.285

(b) Parcial Provimento ao recurso sobre Auto de infração

Em março de 2021 a Companhia foi formalmente intimada do resultado do julgamento que deu parcial provimento ao recurso movido pela Companhia, para afastamento da cobrança de IRRF e seus acessórios, no Auto de Infração lavrado em 17 de outubro de 2018, conforme mencionado na nota 22, item b, subitem iii. No mesmo ato, a Companhia também foi intimada da rejeição de recurso apresentado pela Fazenda Pública à instância superior de julgamento (CSRF), tornando-se definitiva a decisão que afastou a cobrança de IRRF e acessórios. O montante atual do débito passa a ser de R\$ 1.918.925.

* * *